



PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

2013-2015



PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
2013-2015

LISBOA, JUNHO DE 2012

A elaboração do documento base da Proposta de Plano de Desenvolvimento Social foi da responsabilidade do Dr. António Batista, consultor da Rede Social de Lisboa, entre o período de 2008-2011.

À versão da proposta de PDS, apresentada no âmbito da 13ª Sessão Plenária do Conselho Local de Ação Social de Lisboa, realizada a 4 de julho de 2011, foram introduzidas alterações, essencialmente no Ponto 4 – Agenda Estratégica e Ponto 5 – Modelo de Governância do PDS, resultante dos contributos/ proposta da Comissão Tripartida.

ÍNDICE

0. ENQUADRAMENTO	5
1. INTRODUÇÃO	9
2. FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA	12
3. PLANEAMENTO	14
3.1. PROSPETIVO – DESAFIOS PARA CONCRETIZAÇÃO DA VISÃO	14
3.2. ESTRATÉGICO - SUMÁRIOS EXECUTIVOS DOS PLANOS	29
3.3. TERRITORIAL – COMISSÕES SOCIAIS DE FREGUESIA/ COMISSÕES SOCIAIS INTERFREGUESIAS	39
4. AGENDA ESTRATÉGICA	41
5. MODELO DE GOVERNÂNCIA DO PDS	45
ANEXOS	

SIGLAS

ACES – Agrupamentos dos Centros de Saúde

ACIDI, IP – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural

ARSLVT, IP – Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo

CDL – Centro Distrital de Lisboa do ISS, IP

CGP – Comissão de Gestão do Plano

CLAS-Lx. – Conselho Local de Ação Social de Lisboa

CML – Câmara Municipal de Lisboa

CSF – Comissão Social de Freguesia

CSIF – Comissão Social Inter Freguesia

CT – Comissão Tripartida

DL – Decreto lei

EAPN – Rede Europeia Anti Pobreza – Portugal

ECL – Equipas de Coordenação Local

ENSP – Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa

ETT's – Equipas Técnicas Territoriais

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

NPISA – Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem Abrigo

ONG – Organização Não Governamental

PDS – Plano de Desenvolvimento Social

PSA – Pessoa Sem Abrigo

PSP – Comando Metropolitano de Lisboa da Polícia de Segurança Pública

SCML – Santa Casada Misericórdia de Lisboa

SICAD - Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependência

UCC – Unidade de Cuidados Continuados Integrados

INDICE DE ANEXOS

ANEXO1 – LISTA DE PARTICIPANTES NOS WORKSHOPS DE OUTUBRO DE 2009

ANEXO 2 - LISTA DE PARTICIPANTES NAS SESSÕES DE TRABALHO (NOVEMBRO 2010 E JANEIRO 2011)

ANEXO 3 - LISTA DE PARTICIPANTES NAS REUNIÕES DESCENTRALIZADAS (MAIO E JUNHO 2012)

ANEXO 4 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS CSF/CSIF NOS TERRITÓRIOS DA REDE SOCIAL DE LISBOA

ANEXO 5 – FICHAS DE PROJETO DAS COMISSÕES SOCIAIS DE FREGUESIA

ANEXO 6 – CARTA DE INTENÇÕES

0. ENQUADRAMENTO

0.1. Constituição

A 18 de abril de 2006, a Câmara Municipal de Lisboa, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e o Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa - ISS.IP, assinaram o Protocolo de Colaboração que visou instituir uma colaboração de carácter regular e permanente entre as três entidades para implementação da Rede Social de Lisboa¹

O Conselho Local de Ação Social de Lisboa (CLAS-Lx) constituiu-se, em 11 de dezembro de 2006, com 111 entidades parceiras e atualmente tem 291, entre autarquias, organismos públicos, IPSS, ONG, Fundações e outras entidades que atuam no território.

0.2. Planeamento

Contrariamente ao modelo de planeamento do Programa da Rede Social (Diagnóstico, Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Ação), a Rede Social de Lisboa iniciou o seu processo de planeamento por um Plano de Ação estruturado em 3 eixos: estruturação da rede, planeamento e intervenção.

A finalidade do Eixo Estruturação era desenvolver um processo de organização que assegurasse o funcionamento do plenário, a constituição dos 4 Núcleos Executivos e a constituição das Comissões Sociais de Freguesia.

Com o Eixo do Planeamento pretendia-se desenvolver as linhas gerais de atuação que permitissem avançar para um modelo de diagnóstico participado localmente.

No Eixo da Intervenção identificaram-se áreas prioritárias na cidade e que desde logo podiam potenciar o trabalho desenvolvido integrando-o na metodologia da Rede Social de Lisboa: Pessoa Sem-Abrigo, Envelhecimento. No ano 2008 alargou-se a intervenção à área das Crianças.

No decorrer do Plano de Ação de 2009 foi apresentado o Diagnóstico Social de Lisboa, aprovado pelo Conselho Local de Ação Social de Lisboa (CLAS-Lx) a 20 de abril de 2009, com apresentação pública a 29 de junho do mesmo ano.

¹ A Rede Social de Lisboa baseia-se na Decreto-Lei nº 115/2006, de 14 de Junho e demais instrumentos legislativos sobre a matéria, no Regulamento Interno aprovado em sede de CLAS a 25 de Janeiro de 2010, e nas deliberações tomadas pelo Plenário do CLAS-Lx.

A 4 de maio de 2009, foi aprovado o Plano de Cidade para a Pessoa Sem-Abrigo (PSA), sendo contratualizado em Plenário, a 3 de julho, a Plataforma para a Pessoa Sem Abrigo, parceria interinstitucional integrada na Rede Social de Lisboa, composta por entidades com intervenção direta ou indireta junto da Pessoa Sem Abrigo. No âmbito do trabalho prevê-se, ainda para este ano, a constituição do Núcleo de Planeamento e Intervenção para a Pessoa Sem Abrigo (NPISA), e a apresentação do modelo de intervenção integrada para a cidade, assim como a reorganização das respostas sociais.

Na área do Envelhecimento está concluída desde dezembro de 2009 a Proposta do Plano de Intervenção a apresentar em sede de CLAS-Lx.

Quanto à área das Crianças, está concluída a Proposta de Estratégia de Cidade para as Crianças em Lisboa.

No âmbito dos sistemas de informação, a Rede Social de Lisboa tem, desde outubro de 2009, um site com o seguinte endereço: <http://www.redesocial-lisboa> onde é disponibilizada a informação para os parceiros e público em geral.

0.2.1. Construção do Plano de Desenvolvimento Social (PDS)

A dimensão da cidade, o elevado nº de promotores de iniciativas de âmbito social, a multiplicidade de problemáticas e as experiências das redes sociais de outros concelhos, reforçaram desde o início do lançamento da Rede Social de Lisboa a necessidade e vontade de construir um Plano de Desenvolvimento Social (PDS) diferente dos modelos habituais, mais direcionado para os diferentes patamares de intervenção e estruturante de um projeto comum de mudança orientado para o desenvolvimento social da cidade.

Esta vontade está refletida nas propostas de planeamento que foram sendo apresentadas nos Planos de Ação que têm orientado a 1ª fase de planeamento da Rede Social de Lisboa.

Em 3 de julho de 2009, foi validado pelo Plenário o Índice para elaboração do modelo de Plano de Desenvolvimento Social (PDS). No que respeita à proposta de PDS, Lisboa optou por uma construção faseada e centralizada em políticas ativas de coesão social. O maior desafio centrou-se na constituição de uma Comissão Estratégica² que congregasse os diferentes atores setoriais da cidade, constituindo-se num espaço alargado de negociação e concertação

² Aprovada em Regulamento Interno do CLAS-Lx a 25 de Janeiro de 2010

estratégica, para a definição de políticas e programas institucionais, viabilizando o nível de planeamento, avaliação e gestão da Rede Social.

Em outubro de 2009, foi dada prioridade à participação dos parceiros de modo a encontrar a visão e os desafios estratégicos, e tomar as opções estratégicas mais adequadas à cidade. Foram realizados 4 Workshops em que participaram 56 entidades (68 representantes)³. Entre novembro de 2010 e janeiro de 2011, foram realizadas 14 sessões de trabalho, 12 das quais com CSF/CSIF⁴ para aprofundamento dos desafios e identificação das ações para a Agenda Estratégica, em que estiveram envolvidas 89 entidades representadas por 116 participantes⁵.

A 4 de julho de 2011, no âmbito da 13ª Sessão Plenária, foi apresentada a proposta de PDS que ficou em discussão e aberta à recolha de contributos dos parceiros, até 30 de setembro.

Decorrente deste processo, da alteração de representantes do CDL e da SCML na Comissão Tripartida⁶ e da vontade expressa da CML no decorrer da sessão plenária, em relação à alteração de alguns conteúdos da proposta de PDS, encetaram-se negociações internas cujo resultado está patente na atual proposta de PDS, mais concretamente na Agenda Estratégica e no Modelo de Governância.

Para partilha e análise/ discussão com os parceiros, das alterações propostas, foram realizadas 4 reuniões descentralizadas nas zonas territoriais da Rede, nos dias 28 e 31 de maio e 4 e 11 de junho em que participaram 44 entidades representadas por 59 participantes⁷.

Das alterações agora introduzidas na Agenda Estratégica, salienta-se: o novo desafio “Lisboa Cidade Saudável” (em substituição do desafio de “Lisboa Cidade das Oportunidades”), a articulação das várias organizações de voluntariado na cidade e a valorização da dimensão multicultural que a Rede Social deve assumir numa cidade capital como Lisboa.

Ao longo deste processo de alterações à proposta de PDS, esteve sempre presente a atual situação de crise económica e financeira do país e o conseqüente agravamento das dificuldades vividas pelas pessoas, famílias e organizações. Cada vez mais é necessário o

³ **Anexo 1** – Lista de Participantes nos Workshops de outubro de 2009.

⁴ Lumiar, S. Domingos de Benfica, Benfica, Carnide, Pena, Santa Engrácia, Anjos, S. Jorge de Arroios, Santa Catarina, Santos-o-Velho e CSIF de Santa Maria de Belém e S. Francisco Xavier

⁵ **Anexo 2** – Lista de participantes nas Sessões de Trabalho (Novembro 2010 e Janeiro 2011)

⁶ À Comissão Tripartida, instituída no âmbito do Protocolo de Colaboração já referido, cabe a coordenação geral dos trabalhos da Rede Social de Lisboa

⁷ **Anexo 3** – Lista de participantes nas Reuniões Descentralizadas (Maio e Junho 2012)

desenvolvimento de uma ação concertada, apanágio das intervenções em rede. As propostas do PDS não esgotam a ação que todos os parceiros da Rede Social de Lisboa levam a cabo, nas suas esferas de intervenção próprias.

A Agenda Estratégica representa assim uma espécie de denominador comum a todos os parceiros da Rede, enfatizando os ganhos esperados a partir de uma atuação concertada, com objetivos comuns e com a indispensável partilha de recursos, em torno de um conjunto restrito de atuações onde esse funcionamento em rede é urgente e mais necessário.

Ao nível do Modelo de Governância do PDS, concretamente na sua componente das funções institucionais, foram introduzidas alterações relacionadas com a Comissão Estratégica e o Grupo Técnico de Apoio ao CLAS-Lx, propondo-se em alternativa a constituição de uma Comissão Executiva e uma Comissão Consultiva.

Com a constituição da Comissão Executiva, com funções de coordenação, operacionalização, avaliação e (re) orientação da Agenda Estratégica, procura-se concorrer para maior celeridade nos processos de implementação do PDS, e dos outros níveis de planeamento da Rede, tentando ultrapassar assim os constrangimentos identificados nas avaliações internas. A Comissão Consultiva, com funções de acompanhamento e colaboração nas áreas estratégicas do PDS, para facilitar os processos que conduzam à incorporação das propostas de planeamento nas diferentes entidades chave.

1. INTRODUÇÃO

O programa da Rede Social baseia-se em pressupostos técnicos, organizacionais e institucionais que geram a convergência de interesses, dos procedimentos, dos instrumentos e das opções estratégicas num dado território. Esses pressupostos que incluem a integração das respostas e serviços do concelho de Lisboa no sentido de potenciar a inclusão social, geram um amplo movimento de concertação das tipologias de intervenção e de organizações protagonistas numa perspetiva de as adaptar ao território concreto e às suas necessidades.

O PDS é o instrumento de planeamento da rede social que formaliza o conjunto de opções e prioridades de intervenção para o universo de interventores e atores sociais.

A Rede Social de Lisboa procurou, por isso, no seu PDS abranger todos os níveis em que estes atores operam, criando canais de comunicação e convergência à volta de denominadores comuns e estratégias definidas.

Em Lisboa, a Rede Social tem vindo a implementar uma rede de base local, através das Comissões Sociais de Freguesia ou Inter-Freguesia (quando agregam mais do que uma freguesia) Estas Comissões⁸ que se constituem como redes locais integradas na Rede Social, têm o seu próprio planeamento baseado num diagnóstico de necessidades no terreno e procuram responder a estas necessidades identificadas criando grupos de trabalho temáticos, que são verdadeiros grupos operativos de intervenção no território.

Num outro patamar, num nível intermédio mas transversal ao concelho e agregado à volta de questões temáticas setoriais, a Rede Social de Lisboa implementou dinâmicas de parceria que se vieram a consolidar e dar origem a instrumentos de planeamento estratégico - **Planos**. Estes Planos respondem às questões da Pessoa Sem Abrigo, do Envelhecimento e da Infância. Baseiam-se num diagnóstico temático que procura estruturar e gerar eficiência na rede vocacionada para a problemática identificada, planeando e criando sinergias entre as instituições.

Por fim, a Rede Social de Lisboa tem uma estrutura formal de enquadramento, que coordena estrategicamente as atividades da parceria em rede na cidade. Neste patamar define-se a ligação entre o planeamento que responde ao diagnóstico e o planeamento prospetivo que define uma visão estratégica mobilizadora para o desenvolvimento social da cidade de Lisboa.

⁸ Estão constituídas 20 Comissões Sociais de Freguesia e 1 Comissão Social Inter-Freguesia. Ver **Anexo 4** – Mapa de localização das CSF/CSIF nos territórios da Rede Social de Lisboa.

A lógica de planeamento neste nível de decisão é o de transpor para as políticas de cidade as apostas estratégicas e prioridades definidas no planeamento.

O PDS procura articular na complexidade particular da cidade de Lisboa, todos estes patamares de decisão e planeamento.

A sua metodologia é bidirecional (*bottom-up e top-down*): das CSF's e Planos para a Visão Estratégica e desta, como desafio orientador e agenda estratégica para a realização, para os níveis operacionais.

Na sua Visão Estratégica, o PDS procura formular desafios globais de desenvolvimento produzidos numa perspetiva de desenvolvimento social prospetivo e baseado em desafios de inovação, transformação e qualificação. Estes serão, posteriormente, incorporados e respondidos de acordo com a formulação própria das intervenções no terreno.

Por sua vez, a capacidade de inovação e criação de práticas de referência deverá, após um período de maturação, desenvolvimento e demonstração, ser objeto de incorporação na política para a cidade, criando a oportunidade de atualizar ou gerar novos desafios estratégicos para a cidade.

A proposta metodológica que suporta o PDS é a de um processo contínuo de avaliação, planeamento e diagnóstico que não procura criar um corpo rígido de opções de intervenção mas sim um ajustamento contínuo entre novas necessidades identificadas, oportunidades entretanto disponíveis e uma reformulação estratégica que as integre.

Esta perspetiva exige uma estrutura de governância que possa ativar todos estes patamares de planeamento, criando ligações e interseções estratégicas entre as práticas no terreno e as políticas de cidade.

A governância é o cerne do PDS já que todo o planeamento previsto se baseará na capacidade de comunicação, negociação e formulação de intervenções concertadas entre todos os atores envolvidos.

Requer também a participação ativa e a capacidade dos parceiros para integrar a intencionalidade estratégica global nas suas intervenções micro territoriais. Implica ainda a capacidade de operacionalizar a monitorização e avaliação contínuas, criando um fluxo de informação atualizada e acessível, de modo que todos os níveis de decisão e participação, na Rede Social, estejam em sintonia, atualizados e ativamente envolvidos. Os instrumentos de

governação do PDS que irão gerar um sistema de informação em rede, são uma condição essencial do sucesso deste modelo de planeamento para Lisboa.

O Plano de Ação, elaborado anualmente, é o mecanismo de atualização por excelência do PDS, procurando incorporar a Visão Estratégica nas intervenções das CSF/ CSIF e dos Planos, criando uma dinâmica participativa na construção do planeamento do desenvolvimento social da cidade de Lisboa.

2. FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA

O PDS é um documento flexível e anualmente atualizável que formaliza a progressiva contratualização na Rede Social de Lisboa das intervenções e respostas que os diferentes níveis institucionais propõem. Deverá ser capaz de gerar suporte para a monitorização e avaliação constante de novas oportunidades e necessidades de intervenção. Não será um documento estático programador da intervenção a médio/ longo prazo, mas um sistema de atualização das prioridades e opções numa lógica de replaneamento contínuo.

O PDS está estruturado em três polos dinâmicos de planeamento:

A). Planeamento prospetivo – Visão e Agenda Estratégica

Define um acordo permanentemente atualizado sobre as prioridades estratégicas comuns. A Visão Estratégica propõe um enfoque mobilizador da intervenção para uma situação desejável, representativa do desenvolvimento social da cidade de Lisboa. Perspetiva um futuro desejável orientando a evolução das políticas e medidas sociais, devendo representar o elemento de convergência da multiplicidade de atores e intervenções presentes na Rede Social de Lisboa. Pressupõe, por isso, um processo ativo de negociação e comunicação, regulado pelo sistema de governância da PDS.

Associados à Visão são definidos **Desafios Estratégicos** que permitem identificar as diferentes dimensões do desenvolvimento social nos pontos críticos para a cidade e, simultaneamente fornecem linhas orientadoras para a ação.

A **Agenda Estratégica** é a dimensão operativa da Visão constituída pelo conjunto de ações diretamente orientadas para a concretização da Visão. São ações selecionadas de acordo com a capacidade de produzir **impacto** social verificável nos desafios da Visão.

Pelo fato de ser atualizável e sujeita a avaliação e monitorização contínua, a Agenda Estratégica permite integrar um conjunto de intervenções entretanto formuladas, cumprindo, assim, o seu objetivo de servir de instrumento orientador para as opções de intervenção e de incentivo a um posicionamento estratégico convergente na cidade.

As ações inscritas na Agenda Estratégica, são escrutinadas e avaliadas na perspetiva do seu contributo e real impacto social, segmentando as ações com um propósito de contribuir para a Visão das que na Rede Social e nas instituições decorrem da sua dinâmica de intervenção própria.

Permite avaliar o contributo e investimento de cada uma das instituições para a concretização da Visão, envolvendo-as em parte da sua ação nos objetivos comuns e transversais à cidade.

B). Planeamento estratégico - Planos de Cidade

Estes Planos, em três áreas distintas, **Pessoa Sem Abrigo, Envelhecimento e Crianças**, focalizam a sua estrutura de planeamento no nível da capacitação, qualificação e aumento da eficiência da rede de respostas e serviços existentes para que estes produzam **impactos** mais significativos no desenvolvimento social concelhio.

De acordo com a lógica do Planeamento Estratégico, definem eixos de atuação nos quais congregam as diferentes dimensões estratégicas da ação. São instrumentos integradores da capacidade institucional existente criando oportunidades de Eficiência e Inovação coletivas.

Este polo dinâmico de planeamento congrega-se na Agenda Estratégica comum com as outras áreas não programadas da intervenção - CSF/CSIF.

C). Planeamento territorial – Comissões Sociais de Freguesia/ Comissões Sociais Inter-Freguesia

As CSF/CSIF formulam propostas de política para a cidade a partir da análise das boas práticas, práticas de excelência e produtos desenvolvidos nas intervenções em curso nas mesmas. Simultaneamente, devem continuar a desenvolver os seus planos de ação, respondendo aos problemas sentidos pela comunidade no seu quotidiano.

As propostas de política devem ser integradas no PDS focalizando-se nas oportunidades ou necessidades de intervenção entretanto diagnosticadas. Estas serão operacionalizadas pela Rede Social de Lisboa através da incorporação das mesmas na Agenda Estratégica ou nos respetivos Planos de Ação das CSF's/ CSIF.

No entanto, sempre que as instituições parceiras manifestem interesse de avançar com intervenções de resposta às necessidades identificadas, previstas na Agenda Estratégica ou decorrentes das sessões de planeamento participado, serão organizadas as **Oficinas de Projeto** para facilitar a elaboração em rede e parceria dos projetos, propostas ou ações em causa.

3. PLANEAMENTO

3.1. PROSPETIVO - DESAFIOS PARA CONCRETIZAÇÃO DA VISÃO

A Visão da Cidade - **LISBOA CIDADE DA COESÃO SOCIAL**- centra-se na oportunidade de Lisboa definir as políticas de coesão social como veículo de afirmação estratégica no ranking das cidades capitais europeias.

A Visão da cidade serve para criar uma perspetiva particular de observação do território a partir de pontos de referência externos e avançados que crie contraste com um diagnóstico interno. A comparabilidade de Lisboa deve ser com as cidades referência ao nível social, urbanístico, cultural, ambiental – Barcelona, Helsínquia, Berlim etc.

A Visão poderá servir para o posicionamento num ranking de excelência e identificar oportunidades de diferenciação e competitividade.

Os 5 desafios estratégicos para a concretização da Visão constituem-se como orientações para a definição de políticas, identificando áreas de complexidade que exigem um trabalho continuado de reorganização de diretrizes, incorporação de inovação e excelência, integração nos Planos e Estratégias das instituições mais relevantes da Cidade. Os desafios fornecem as opções para o desenvolvimento social no planeamento de políticas de cidade.

Desafio 1 - LISBOA TERRITÓRIO DA CIDADANIA ORGANIZACIONAL

Práticas e modelos de trabalho em rede como marca diferenciadora da intervenção social na cidade

Pretende-se consensualizar princípios, normas e procedimentos coerentes para a intervenção social na cidade – Carta de Princípios para a Intervenção Social em Lisboa, que funcione como matriz comum a todas as entidades que intervêm numa mesma área de atividade.

Potencial Estratégico:

- Direcionamento de políticas e modelos de intervenção social para necessidades e desvantagens sociais específicas;
- Criação e desenvolvimento nos serviços e respostas sociais de Lisboa de mecanismos e procedimentos orientados para a promoção de oportunidades específicos;
- Desenvolvimento de serviços e respostas sociais em Lisboa com normas especializadas de diferenciação positiva em perfis de necessidades específicas na área da Pessoa Sem-abrigo, Envelhecimento, Infância, Violência, entre outras.

Produto:

- Carta de Princípios para a Intervenção Social de Lisboa

AÇÃO	Definição de modelo de intervenção integrada para a área da violência
CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO	<ul style="list-style-type: none"> - Definição de estratégias partilhadas na intervenção das instituições do setor; - Formalização de procedimentos de relação inter institucionais; - Definição e contratualização de canais de comunicação e concertação inter institucional.
FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO	<ul style="list-style-type: none"> - Estruturação no terreno de uma rede de respostas e serviços com uma estratégia coerente e concertada; - Capacidade financeira de implementação de respostas e serviços para esta área; - Concertação e convergência das entidades de referência na área da violência.
COORDENAÇÃO	Comando Metropolitano de Lisboa da Polícia de Segurança Pública

AÇÃO	Construção de um modelo de articulação do voluntariado na cidade
CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO	<ul style="list-style-type: none"> - Promover mecanismos articulados de disseminação de informação sobre o voluntariado na Cidade de Lisboa; - Partilha de estratégias de intervenção entre as entidades que promovem o voluntariado na cidade de Lisboa, de forma a conceber modelos partilhados e complementares de atuação para o voluntariado; - Formalização dos procedimentos de relação inter institucional.
FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de mobilização das entidades e aproveitamento total da oferta; - Formação e avaliação contínua de desempenho; - Disponibilidade de recursos para implementação dos mecanismos de disseminação da informação; - Construção de uma plataforma de comunicação inter institucional.
COORDENAÇÃO	Câmara Municipal de Lisboa

Desafio 2 - LISBOA CIDADE INCLUSIVA

Políticas inclusivas na gestão e ordenamento do território

Pretende-se implementar novas funcionalidades a partir da georeferenciação já efetuada que incluam os equipamentos das IPSS de modo a definir taxas de excelência para a cobertura da cidade em equipamentos e respostas sociais, bem como, definir territórios de intervenção prioritária na cobertura de equipamentos, fazendo convergir e coincidir as divisões administrativas dos serviços nas mesmas áreas geográficas

Potencial Estratégico:

- Modelo de respostas e equipamentos adaptados à cidade na sua especificidade urbanística, escala residencial e nos movimentos pendulares associados. Associação dos recursos de criação e inovação no desenho de soluções arquitetónicas, de design e de conceção dos equipamentos sociais de modo a sustentar uma política territorial de equipamentos e respostas sociais;
- Taxa de cobertura de referência de equipamentos e respostas sociais na Cidade como instrumento de suporte ao planeamento urbano na lógica das tipologias inclusivas e integradas;
- Criação de uma política para a gestão das respostas e equipamentos sociais radicado numa política de excelência para a cidade;
- Coerência da intervenção territorial de acordo com o modelo de reorganização administrativa da cidade. Integrando a área social no movimento de reforma administrativa em curso de modo a criar maior coerência e eficiência na gestão dos recursos e distribuição de responsabilidades territoriais;
- Prioridade nas políticas de gestão e ordenamento do espaço urbano para a criação de fatores de atratividade e competitividade do espaço urbano;

Produto:

- Política territorial integrada de equipamentos e respostas sociais

AÇÃO	Garantir a existência da Carta Social para Lisboa georeferenciada e atualizada, enquanto instrumento de gestão política e de concertação
CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO	<ul style="list-style-type: none"> - Atualização e alargamento da georreferenciação com a inclusão de variáveis prospetivas demográficas, urbanísticas e económicas; - Alargamento da informação a novas tipologias de instituições e equipamentos; - Criação de sistemas de conexão com as redes de informação disponíveis; Carta Social da Segurança Social, Serviços de Saúde e Educação, Serviços de Atendimento Social e Respostas Sociais, Mapas de Risco e Segurança, entre outros; - Registo dos Equipamentos Sociais para a Infância e para os Idosos existentes na cidade de Lisboa, e planeamento das respetivas Redes com base na população atual (Censos 2011) e cenários prospetivos, cálculo das carências e definição de propostas localizadas para as respetivas soluções, em edifícios ou reservas de terrenos. - Estabelecimento de prioridades, programação e plano de financiamento pelas entidades competentes e articulação com o Plano Diretor Municipal.
FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO	<ul style="list-style-type: none"> - Concertação das entidades intervenientes no processo; - Adequação das ferramentas de gestão de informação que garantam a atualização contínua; - Sistematização da informação que permita a monitorização e a otimização do aproveitamento dos recursos físicos e humanos; - Legitimação institucional como sistema de suporte à decisão política na cidade; - Aposta na diferenciação pela excelência da cobertura de equipamentos sociais; - Flexibilidade das tutelas para a criação de critérios de reorganização da rede de equipamentos.
COORDENAÇÃO	Câmara Municipal de Lisboa

AÇÃO	Elaboração da proposta de reorganização progressiva dos diferentes serviços, de acordo com o novo mapa administrativo da cidade - coincidência de áreas de intervenção
CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO	<ul style="list-style-type: none"> - Cartografia dos diferentes territórios de ação das entidades da Rede Social e elaboração de propostas de reorganização progressiva a partir da análise fina de cada tutela e de cada situação específica no território, tendo em conta o novo mapa administrativo de Lisboa; - Adequação dos territórios dos Núcleos Executivos à reorganização administrativa de Lisboa; - Necessidade de conjugar as diferentes intervenções no território, induzindo uma melhoria de articulação com redução dos consequentes custos materiais e sociais.
FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO	<ul style="list-style-type: none"> - Qualidade das propostas apresentadas e das suas características de gradualidade e progressividade; - Capacidade de criar experiências positivas demonstrativas das vantagens da reorganização administrativas que provoquem efeito de mobilização nas diferentes áreas; - Concertação das entidades intervenientes no processo.
COORDENAÇÃO	Câmara Municipal de Lisboa

AÇÃO	Organização de um dossier técnico com propostas e recomendações sobre tipologias standard.
CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de soluções de qualificação dos equipamentos já instalados em zonas com constrangimentos urbanísticos (zona histórica, envelhecida, equipamentos reconvertidos para as funcionalidades sociais); - Transposição para os normativos da Segurança Social das soluções de inovação e qualidade desenvolvidas.
FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de influência das normas e procedimentos de avaliação da qualidade arquitetónica pela tutela (Segurança Social); - Capacidade de concertação das entidades chave na definição de políticas locais nesta temática (CML, SCML, Segurança Social).
COORDENAÇÃO	Centro Distrital de Lisboa do ISS, IP

AÇÃO	Ações de formação através da Bolsa de Formadores do ACIDI, IP sobre a temática do diálogo intercultural aos membros do CLAS para disseminação junto das populações imigrantes e das populações envolventes.
CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO	<ul style="list-style-type: none"> - Mobilização das Associações/instituições da área da interculturalidade na dinamização de iniciativas e atividades de promoção da interculturalidade, potenciando uma integração mais completa dos e das imigrantes que vivem e/ou trabalham na Cidade; - Criação de uma plataforma de registo e divulgação das Associações/Instituições da área da interculturalidade com atividade na cidade de Lisboa; - Divulgação de estratégias de proximidade e de instrumentos eficazes de comunicação facilitadores no acolhimento e apoio à integração de imigrantes.
FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO	<ul style="list-style-type: none"> - Adesão das organizações de imigrantes e das populações envolventes - Visibilidade da capacidade de resposta da Rede Social à problemática do diálogo intercultural
COORDENAÇÃO	Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, IP

AÇÃO	Elaboração de uma Carta de Acessibilidades Universal aos equipamentos sociais da cidade
CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO	<ul style="list-style-type: none"> - Levantamento das condições de acessibilidade física e social dos Equipamentos Sociais na cidade, no interior das instalações e na envolvente imediata. - Identificação das medidas corretoras/minimizadoras dos condicionamentos e restrições à acessibilidade.
FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO	<ul style="list-style-type: none"> - Concertação das entidades intervenientes no processo; - Garantia de condições de acessibilidade aos Equipamentos Sociais a toda a população, independentemente do grau de dependência física ou social quando exista, através do controlo do rácio entre a identificação das medidas corretoras/minimizadoras e a sua concretização efetiva.
COORDENAÇÃO	Câmara Municipal de Lisboa

Desafio 3 – LISBOA CIDADE SAUDÁVEL

Estratégias locais de saúde como mecanismo promotor de políticas saudáveis

Pretende-se contribuir para melhorar o acesso à saúde enfatizando a abordagem inter setorial na saúde, otimizando o trabalho em Rede, promover estilos de vida saudáveis identificando intervenções mais efetivas para a promoção de saúde reforçando a apropriação de responsabilidades a nível local.

Potencial Estratégico:

- Opção estratégica da Rede Social de Lisboa na promoção de saúde, articulando com o Plano de Saúde Nacional e as entidades que o operam especificamente nessa área;
- Maior cooperação das entidades que operam na cidade;
- Apoio a estratégias locais sustentáveis que favoreçam a obtenção de melhorias em saúde pública;
- Criação de uma plataforma de informação;
- Apoio e disseminação das “boas práticas”.

Produto:

- Plano de acesso à saúde em Lisboa
- Política integrada de intervenção para os comportamentos aditivos

AÇÃO	Definição do modelo de atendimento, acompanhamento e encaminhamento das situações de saúde mental
CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO	<ul style="list-style-type: none"> - Articulação com o Plano Nacional de Saúde Mental; - Concertação e convergência das entidades de referência na área da saúde mental; - Definição de estratégias partilhadas na intervenção das instituições do setor; - Formalização de procedimentos de relação inter-institucional, tendente à implementação do modelo; - Definição e contratualização de canais de comunicação e dos meios técnico-financeiros; - Informação e divulgação de ações, dirigidas à comunidade, gerando oportunidades para uma maior e melhor participação social; - Aposta na formação/capacitação de técnicos, familiares e comunidade em geral, para a organização e melhoria dos cuidados de saúde mental, com a colaboração de centros de formação competentes.

FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO	<ul style="list-style-type: none"> - Integração dos cuidados de saúde mental no sistema geral de saúde ao nível dos cuidados primários, como dos hospitais gerais e dos cuidados continuados, de modo a facilitar o acesso e a diminuir a institucionalização e aplicando o princípio de subsidiariedade, tendente à rentabilização dos serviços de saúde mental; - Realização de experiências de demonstração de: projetos de equipas e unidades de saúde mental comunitária, projetos de cuidados continuados, equipamentos e projetos específicos de acolhimento – vertente da doença mental, residências assistidas, unidades de vida autónoma, numa dupla perspetiva - qualidade de vida e saúde; - Estruturação no terreno de uma rede de respostas e serviços com uma estratégia coerente com o Plano Nacional; - Capacidade financeira de implementação do modelo.
COORDENAÇÃO	Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP

AÇÃO	Criação de modelo descentralizado para rentabilização da rede de equipamentos sociais, saúde, desporto e outros
CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO	<ul style="list-style-type: none"> - Identificação das complementaridades entre Redes de Equipamentos e construção de uma matriz do seu funcionamento simultâneo, que permita identificar as sobreposições e as oportunidades de oferta à comunidade; - Identificação por área de intervenção adequada (freguesia, agrupamento de freguesias ou outra) da entidade melhor posicionada para a coordenação da gestão operacional de cada grupo de equipamentos; - Criação de uma estrutura de acompanhamento.
FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO	<ul style="list-style-type: none"> - Concertação das entidades intervenientes no processo; - Criação de parcerias para a prestação de serviços à comunidade; - Rentabilização de recursos.
COORDENAÇÃO	Câmara Municipal de Lisboa

AÇÃO	Avaliar a componente de saúde nos projetos de intervenção comunitária
CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO	<ul style="list-style-type: none"> - No contexto das intervenções comunitárias perspetivar a saúde como uma componente importante na intervenção; - Desenvolvimento da ação no âmbito do "Estudo sobre Intervenção Comunitária da SCML" – Centro de Investigação Científica Aplicada.
FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO	<ul style="list-style-type: none"> - Acesso das pessoas aos serviços de saúde, os níveis económicos, questões de salubridade e habitação, assim como o emprego e a inserção social; - Diversidade de intervenores na área da saúde/envolvimento para uma cultura de parceria.
COORDENAÇÃO	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

AÇÃO	Implementar a Rede de Cuidados Continuados Integrados
CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio à implementação da Rede de Cuidados Continuados Integrados, de acordo com as Cartas de Equipamentos Sociais e de Saúde de Lisboa, a atualizar e rever de acordo com os Censos 2011 e os futuros desenvolvimentos urbanísticos da cidade; - Dinamização do processo e monitorização da Carta de Equipamentos de Saúde, através do registo das Unidades que são instaladas, da afetação de terrenos e edifícios decorrente de atos de gestão e aprovação de instrumentos de planeamento, de forma a disponibilizar informação atualizada sobre as carências a satisfazer; - Priorização da criação das Unidades de Internamento de Longa Duração e de Cuidados Paliativos e contratualização com os parceiros do CLAS e a ARSLVT no âmbito dos cuidados continuados integrados; - Apoio à implementação de Unidades de Cuidados na Comunidade (UCC) nos ACES de Lisboa, integrando as Equipas de Coordenação Local (ECL), de acordo com o DL 101/2006 de 6 de junho.
FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO	<ul style="list-style-type: none"> - Concertação das entidades intervenientes no processo e fomento de novas parcerias. - Garantia de uma Rede de Cuidados Continuados Integrados, que assegure a continuação da prestação de cuidados de saúde pós hospitalares, com apoio social quando necessário. - Criação de Parcerias para a prestação de Cuidados Continuados adequados às necessidades identificadas e numa lógica de serviços comunitários de proximidade, apoiando-se estas equipas nos recursos locais disponíveis no âmbito de cada Centro de Saúde conjugado com a Rede Social.
COORDENAÇÃO	Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP

AÇÃO	Promover e divulgar medidas conducentes à prevenção de hábitos alimentares de risco, incentivando estilos de vida saudáveis.
CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar e caracterizar as populações mais vulneráveis neste domínio e as áreas geodemográficas de maior risco. Promover a diminuição das desigualdades sociais em saúde. - Identificar os parceiros existentes e motivados e reconhecidos para esta ação, assim como os parceiros potenciais, e estabelecer alianças no sentido do desenvolvimento de parcerias intersetoriais para a promoção de estilos de vida saudável. Desde já devem ser envolvidas as entidades na área da Saúde, do Ambiente e Espaço Público, da Habitação, do Desporto, da Educação e do Desenvolvimento Social e Juntas de Freguesia, no quadro de melhores práticas alimentares, de atividade física e organização comunitária, em articulação com os Centros de Saúde e os Hospitais. - Definir e aprovar por todos os setores envolvidos um Plano Local de Saúde, integrado, com a participação dos cidadãos locais, de modo a corresponder às suas necessidades e ir de encontro às suas motivações e expectativas. - Definir em concreto, uma estrutura intersetorial para a gestão da mudança e definir as atividades setoriais e respetivos responsáveis. Elaborar o respetivo cronograma. - Analisar e reorientar os recursos e ofertas disponíveis no sentido das respostas necessárias e pretendidas. Promover a inovação no contexto da ação. - Desenvolver estratégias de informação, sensibilização e formação da sociedade civil e das estruturas comunitárias com vista ao aumento da literacia em saúde e à promoção dos comportamentos saudáveis. - Monitorizar e avaliar as ações e o impacto em saúde.
FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO	<ul style="list-style-type: none"> - Levantamento e mapeamento de projetos e atividades realizados neste âmbito no município de Lisboa, envolvendo os diferentes níveis de intervenção e as diversas entidades com competências nestas matérias. - Oferta e gestão de recursos necessários para incremento de estilos de vida saudáveis - Criação de indicadores para avaliação de projetos comunitários de promoção de estilos de vida saudáveis. - Aposta na prevenção de comportamentos de risco em saúde com particular destaque no apoio a projetos relacionados com a obesidade infantil. - Capacidade financeira para a concepção e implementação do modelo.
COORDENAÇÃO	Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa e Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP

AÇÃO	Plano de Ação articulado para os comportamentos aditivos
CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO	<ul style="list-style-type: none"> - Reorganização dos recursos disponíveis das diferentes entidades, potenciando as suas mais valias em função das necessidades identificadas em cada território; - Alargamento de respostas integradas nos territórios de intervenção prioritária; - Restruturação das respostas ao nível da minimização de riscos e redução de danos; - Construção de uma plataforma de comunicação inter-institucional; - Articulação com as Juntas de Freguesia e comunidade.
FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO	<ul style="list-style-type: none"> - Multiplicidade de intervenores na área da prevenção dos comportamentos de risco. - Articulação entre as várias instituições que atuam no domínio dos comportamentos aditivos de forma a identificar lacunas nas respostas sociais existentes; - Sensibilização dos diferentes públicos-alvo.
COORDENAÇÃO	Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP e SICAD - Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependência

Desfio 4- LISBOA CIDADE DO EMPREENDEDORISMO SOCIAL***Oportunidades de experimentação de modelos de inserção associados à marca Lisboa***

Pretende-se orientar a intervenção social da cidade de Lisboa para modelos inovadores de inserção pela criação de oportunidades de rendimento e autonomização social.

Potencial estratégico:

- Opção estratégica pelo Empreendedorismo Social assumida pelas instituições chave da cidade de Lisboa;
- Capacidade técnica, institucional e “know-how” específico nesta área, disseminado pelos atores institucionais da cidade de Lisboa;
- Estruturação da rede institucional de suporte e incremento das ações de apoio ao empreendedorismo na cidade;
- Criação de sub-medidas diferenciadas de estímulo e incentivo financeiro e institucional para os nichos de empreendedorismo social.

Produto:

- Constituição de um cluster de empreendedorismo social

AÇÃO	Articular as respostas sociais com a rede de apoios institucionais e financeiros programas específicos micros crédito e instituições financeiras (bancos)
CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO	- Desenvolvimento de intervenções de capacitação e especialização de competências na rede institucional envolvida no Cluster.
FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO	- Capacidade e concertação institucional e comunicação focalizada para a ação no terreno;
COORDENAÇÃO	Câmara Municipal de Lisboa

AÇÃO	<p>Lançar um projeto âncora de empreendedorismo social á escala da cidade, com dimensão e visibilidade associado à marca Lisboa” Incubadora social de Lisboa</p>
CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de um espaço físico que proporcione condições favoráveis à capacitação e empoderamento das organizações incubadas, fomentando o empreendedorismo e oferecendo novas ideias para a mudança e para a resolução dos problemas sociais mais eminentes na sociedade; - Criação de uma rede de empresas/Fundações com responsabilidade social disponíveis para apoiar iniciativas e projetos; -Disponibilização de uma plataforma de respostas financeiras de crédito e microcrédito; - Criação de uma rede de trabalho e de contatos; - Criação de uma Unidade de Inovação & Desenvolvimento que disponibilizará uma diversidade e complementaridade de bens e serviços (Aperfeiçoamento, formação, treino, supervisão, apoio jurídico, contabilístico e de marketing, consultadoria, organização de eventos, congressos, workshops...); -Criação de uma bolsa de autonomização de projetos.
FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade financeira; - Constituição de parcerias estratégicas.
COORDENAÇÃO	<p>Câmara Municipal de Lisboa</p>

Desafio 5 - CIDADE DAS REDES DE INOVAÇÃO SOCIAL

Mobilização dos centros de conhecimento da cidade para a investigação aplicada em produtos de inovação social

Pretende-se desenvolver a cooperação institucional entre as universidades, os centros de Investigação e a Rede Social de Lisboa, potenciando um sistema integrado de investigação e inovação na área social. Divulgar e incentivar práticas inovadoras.

Potencial Estratégico:

- Redes interinstitucionais de investigação e desenvolvimento de soluções de inovação social associando as instituições e serviços da área social às universidades e centros de competência e investigação na cidade de Lisboa;
- Protocolo de investigação-acção de apoio à Intervenção Social;
- Crescente valorização da produção de conhecimento qualificador da ação no 3º setor.

Produto:

- Plataforma que integre as necessidades de investigação em áreas de inovação social, divulgando o conhecimento

AÇÃO	Elaboração do referencial estratégico para monitorização do desenvolvimento social de Lisboa de suporte à visão do PDS
CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO	<p>- Construir um referencial estratégico para o desenvolvimento social de Lisboa; - - - Referencial estatístico – posicionamento de Lisboa – Indicadores de bem-estar social que inclua:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação de um índice de coesão social do concelho; • Criação de um índice de desenvolvimento social de Lisboa; • Criação de um barómetro de indicadores de alerta que permitam contribuir para (re) orientação da agenda estratégica. <p>- Reconhecimento do mérito – Observatório da EAPN - numa lógica de rentabilização de recursos em rede.</p>
FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO	<p>- Capacidade de inovação em área de investigação;</p> <p>- Capacidade de convergência das Universidades/Centros de investigação e instituições para a cooperação em áreas de investigação social.</p>
COORDENAÇÃO	EAPN Portugal - Rede Europeia Anti-Pobreza (Assegurada pelo Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa)

AÇÃO	Formalização de redes interinstitucionais de investigação e intervenção para o desenvolvimento de soluções de inovação social para a área do PSA.
CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de soluções de inovação social de equipamentos ou serviços para a área da Pessoa Sem Abrigo; - Desenvolvimento de soluções adaptadas e de baixo custo/maior benefício, potenciando modelos inovadores de gestão partilhada.
FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de criar modelos inovadores que provoquem efeito de mobilização entre os parceiros da Rede nas diferentes áreas de resposta para a Pessoa Sem Abrigo; - Capacidade de concertação e negociação para implementação das soluções de inovação social.
COORDENAÇÃO	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Metodologia de Implementação – Grupos de Missão⁹

A metodologia de implementação dos produtos e das ações associados aos desafios, ao nível das entidades de referencia na cidade/ entidades chave passará pela constituição de 17 *Grupos de Missão* constituídos por representantes de instituições parceiras e não parceiras do CLAS-Lx., com a função de elaboração de propostas e recomendações.

Cada Grupo de Missão é coordenado por uma entidade que internamente orienta e desenvolve o trabalho e reunindo periodicamente com as outras entidades para acertar e conciliar o trabalho desenvolvido e a desenvolver, numa lógica de rede.

Quadro síntese dos grupos de missão:

Entidade Chave	Grupos de Missão (n.º)
<i>Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, IP</i>	1
<i>Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP</i>	2
<i>Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP e SICAD</i>	1
<i>- Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependência</i>	
<i>Câmara Municipal de Lisboa</i>	7
<i>EAPN Portugal Rede Europeia Anti Pobreza</i>	1
<i>Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa e</i> <i>Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP</i>	1
<i>Comando Metropolitano de Lisboa da Polícia de Segurança Pública</i>	1
<i>ISS, IP - Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa</i>	1
<i>Santa Casa da Misericórdia de Lisboa</i>	2

⁹ As Entidades Chave assinam o compromisso formalizado em Carta de Intenções - **ANEXO 6**

3.2. ESTRATÉGICO - SUMÁRIOS EXECUTIVOS DOS PLANOS

No âmbito dos 3 Planos (1 aprovado e 2 ainda em proposta, a aguardar apresentação em Plenário) existentes na Rede Social de Lisboa foram também identificadas ações que pelo seu nível de inovação e impacto poderão contribuir para a concretização da Visão.

A) PESSOA SEM-ABRIGO

A Plataforma Pessoa Sem Abrigo (Plataforma PSA) para a cidade de Lisboa foi constituída em 3 de julho de 2009, com o objetivo de implementar e desenvolver o Plano Cidade para a Pessoa Sem Abrigo - Lisboa, aprovado em sede de Conselho Local de Ação Social (CLAS) a 4 de maio de 2009.

Integra um conjunto de entidades públicas e privadas, com intervenção direta ou indireta junto da pessoa sem abrigo (PSA), numa parceria interinstitucional, trabalhando em estreita articulação com o CLAS de Lisboa.

Tendo em conta o objetivo estratégico de implementar um novo modelo de intervenção que centre a sua ação na pessoa sem abrigo, a Plataforma PSA orientou a sua atividade em torno dos três eixos de intervenção, definidos como prioritários no Plano Cidade:

- Eixo I – Reorganizar e otimizar a rede de equipamentos e serviços
- Eixo II – Implementar um modelo de intervenção integrada na cidade de Lisboa
- Eixo III – Qualificar a intervenção

Considera-se que estes três eixos estão intimamente ligados na medida em que o modelo de intervenção integrado, em definição, se articula com a constelação de equipamentos e serviços que se propõe vir a ser implementada na cidade de Lisboa (Eixo I), bem como em ligação com a Estratégia Nacional para a Pessoa Sem Abrigo. Do mesmo modo, as ações de formação conducentes a uma maior qualificação da intervenção junto das pessoas sem abrigo (Eixo III), deverão ser desenhadas a partir do levantamento de necessidades de formação junto das instituições, devendo ainda ter como referencial o referido.

Por forma a tornar mais profícuas e sustentadas as propostas de operacionalização do Plano Cidade, definiu-se como estratégia o envolvimento e a participação das organizações, nos diferentes níveis de responsabilidade, decisão e intervenção – Dirigentes, Diretores Técnicos e Técnicos.

Tendo por base o diagnóstico efetuado aquando da conceção do Plano Cidade, os pressupostos da Estratégia Nacional, bem como a heterogeneidade da população sem abrigo, quer em termos das suas características sócio-demográficas, quer das problemáticas apresentadas e percursos de vida, a Plataforma PSA procedeu a:

- Elaboração de uma proposta que define uma rede de respostas “ideais”, caracterizadas em 4 tipologias: Centro de Emergência, Centro de Alojamento Temporário, Habitação de Transição e Habitação Individualizada;
- Construção do modelo de intervenção integrada para Lisboa;
- Levantamento do número de PSA acompanhadas por cerca de 30 respostas sociais com intervenção na área;
- Desenvolvimento de uma proposta para a criação e gestão de Núcleos de Apoio Local (NAL), para distribuição de alimentos.

O que traz de novo para a Cidade?

a) A criação de novas respostas:

- Resposta de Emergência, integrando:
 - Um Centro de Atendimento de Emergência, objeto de candidatura ao Orçamento Participativo da Câmara Municipal de Lisboa, que congregue a intervenção das diversas instituições na cidade de Lisboa;
 - Alojamento de emergência a partir de respostas de alojamento temporário já existentes.
- Habitações individualizadas

b) Reorganização e otimização das existentes:

- Centros de Alojamento Temporário
- Comunidades de Inserção com Alojamento (com base na proposta de tipologia para Habitação de transição).

c) Construção do modelo de intervenção integrada para Lisboa, que decorre da indispensabilidade de rentabilização de recursos humanos e financeiros, da necessidade de evitar a duplicação de respostas e de qualificar a intervenção junto dos utentes, centrando-se no indivíduo, na família e na comunidade;

d) Criação de Núcleos de Apoio Local (NAL) que assegurem a distribuição de alimentos, atualmente feita na rua, com condições de dignidade e salubridade, pretendendo-se que os mesmos sejam dinamizados numa lógica interinstitucional, através da articulação das instituições distribuidoras de alimentos.

Que resultado se pretende atingir?

a) Reestruturação da rede de equipamentos e serviços e criação de novas tipologias de respostas sociais, como garante de respostas eficazes e ajustadas à intervenção com a PSA.

b) Regulamentação das respostas sociais a serem criadas, para efeitos celebração e/ou revisão de novos Acordos de Cooperação ou atribuição de financiamentos para projetos que venham a ser apresentados.

Consideram-se ainda fundamental a existência de outras respostas que, não sendo vocacionadas para o alojamento, visam promover a inclusão das PSA, servindo de suporte e de ponte para projetos de vida mais autónomos. Entre estas respostas salientam-se: as equipas de rua, os centros de apoio social que integram diferentes serviços e respostas, os ateliers ocupacionais, as comunidades de inserção sem alojamento, entre outras.

Um dos pressupostos para a aplicação do Modelo de Intervenção Integrada, previstos na Estratégia Nacional para a PSA, passa pela constituição de Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA), no âmbito da Rede Social, sempre que a dimensão do fenómeno o justificar.

No caso de Lisboa, a constituição do NPISA foi antecedida por uma estrutura intermédia, dado tratar-se da única cidade com um Plano Cidade para a Pessoa Sem Abrigo. Com efeito, considerando que este Plano "...consubstanciou um primeiro esforço conjunto das entidades que intervêm com a Pessoa Sem Abrigo na cidade de Lisboa, considerou-se relevante que a sua implementação fosse monitorizada e objeto de uma avaliação intermédia e final que permitisse aferir a eficiência e eficácia deste instrumento de planeamento".

Neste sentido, foi criada a Plataforma PSA, com funções essencialmente ao nível do planeamento, monitorização e avaliação do Plano Cidade, objetivando a criação das condições necessárias à operacionalização do mesmo por parte do NPISA, de natureza mais operativa.

Na medida em que não foi possível a implementação do Plano Cidade dentro do prazo protocolado, e justificando-se ainda a existência da Plataforma PSA dado ainda não se encontrarem asseguradas as condições necessárias à sua operacionalização, prevê-se a constituição do NPISA Lisboa no decorrer de 2012, assente em dois patamares de intervenção:

- 1) Planeamento, Monitorização e Avaliação, correspondendo à atual Plataforma PSA;
- 2) Intervenção na cidade com as PSA, de natureza mais operativa e constituído por técnicos das instituições que intervêm com a Pessoa Sem-Abrigo, e onde se enquadram os gestores de caso.

B) ENVELHECIMENTO

A Proposta de Plano de Intervenção para a Área do Envelhecimento para a cidade de Lisboa visa a prossecução de uma ação territorializada que envolva e mobilize os parceiros locais para que de uma forma sustentada unam esforços e combinem iniciativas que acrescentem valor nesta área.

A área de intervenção do envelhecimento foi aprovada no âmbito do Plano de Ação da Rede Social de Lisboa, 2ª Sessão Plenária do CLAS-Lx., em 18 de abril de 2007.

A constituição do Grupo de Trabalho foi aprovada na 3ª Sessão Plenária em 18 de julho do mesmo ano, iniciando o Grupo o trabalho em 14 de dezembro, após a indicação das entidades relativamente aos seus representantes (Centro Distrital de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, EAPN Portugal /Rede Europeia Anti-Pobreza, Polícia de Segurança Pública – Comando Metropolitano de Lisboa, Administração Regional de Saúde, Universidade de Lisboa para a 3ª Idade e o Grupo Técnico de Apoio ao CLAS-Lx).

Na linha de envolvimento e participação dos parceiros da Rede, o Grupo realizou nos dias 4, 5 e 16 de junho de 2008, 6 Workshops referentes às 4 zonas territoriais da Rede, à Cidade e à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, com a participação de 4 dinamizadores da REAPN.

Em setembro de 2008, foi lançado às Juntas de Freguesia parceiras do CLAS-Lx., um Inquérito para identificação dos problemas e propostas de soluções locais.

Realizaram-se também 3 sessões presenciais de dinâmica de grupo a que chamámos “Conversas Diretas com Idosos”, com o objetivo de identificar os seus principais problemas e a suas pretensões de resposta para os mesmos.

As conclusões dos Workshops foram enviadas a todos os participantes, tendo as mesmas juntamente com os resultados dos Inquéritos e das “Conversas Diretas com Idosos”, permitido a elaboração do Diagnóstico Participativo e a identificação de ações a incluir na Proposta.

Após a elaboração do documento da Proposta de Plano de Intervenção para a área do Envelhecimento, o Grupo divulgou a mesma junto dos parceiros da área tendo realizado 6 sessões de trabalho, onde estiveram presentes 65 pessoas em representação de 46 entidades.

Esta proposta de Plano, para dois anos, pretende contribuir para a mobilização dos parceiros para uma atuação concertada e sustentada promovendo a qualidade da intervenção na área do envelhecimento, e aposta em estratégias de:

- Participação (diagnóstico, planeamento, implementação e avaliação)
- Parceria (metodologias de trabalho em rede)
- Territorialização (proximidade e integração de respostas)
- Contratualização (envolvimento e assumpção de responsabilidades).

A intervenção proposta organiza-se em três eixos:

1º Eixo Estratégico – Conhecimento, Sensibilização e Educação com dois (2) Objetivos Estratégicos que contemplam o conhecimento e a informação, quer ao nível de cada território local, quer ao nível da cidade pretendendo contribuir para a produção e aumento do conhecimento para uma melhor intervenção nesta área.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 1

Até ao final de 20...¹⁰ existir maior conhecimento sobre a realidade do envelhecimento em cada zona territorial da rede e da cidade

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2

Até ao final de 20... aumentar as imagens positivas acerca dos idosos

2º Eixo Estratégico – (Re) Qualificação das Respostas/Serviços com dois (2) Objetivos Estratégicos que visam contribuir para a promoção da qualificação da intervenção nas respostas/serviços e para a qualidade da Intervenção dos profissionais e dirigentes.

¹⁰ Será definida a data quando o Plano estiver agendado para discussão em Plenário.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 1

Até ao final de 20... promover a (re) qualificação das respostas e dos serviços, potenciando competências técnicas na intervenção

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2

Até ao final de 20... potenciar respostas/serviços para as pessoas idosas, mantendo-as no seu meio

3º Eixo Estratégico – Inovação da Intervenção com dois (2) Objetivos Estratégicos que pretendem contribuir para a identificação de novas respostas para a atual e nova geração de pessoas idosas e para que ao nível político se aceite a necessidade de existir uma Estratégia Nacional para Área do Envelhecimento.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 1

Até ao final de 20... influenciar a criação de uma política de envelhecimento

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2

Até ao final de 20... estão definidas 4 novas respostas para a cidade.

A implementação do Plano de Intervenção pressupõe:

- Contratualizar com os parceiros
- Basear-se nos recursos/respostas locais existentes
- Constituir uma Comissão de Gestão do Plano
- Constituir 4 Equipas Técnicas territoriais
- Criar um Fórum com funções consultivas

Comissão de Gestão do Plano

À Comissão de Gestão do Plano, competirá a gestão do mesmo ao nível da cidade. Será responsável pela sua monitorização e avaliação, cabendo-lhe a responsabilidade de concretizar o conjunto de ações transversais à cidade e acompanhar a Ação a nível Territorial. Compete-lhe, ainda, por inerência, elaborar relatórios de monitorização e avaliação semestrais. Esta Comissão de Gestão integrará representantes de entidades do CLAS-Lx., que desenvolvem intervenção transversal à cidade nesta área, 4 Juntas de Freguesia com maior incidência de idosos (um por zona territorial). Com o objetivo de assegurar a ligação às quatro zonas territoriais, a Comissão de Gestão, contará também com a participação dos(as) coordenadores(as) dos quatro Núcleos Executivos da Rede Social de Lisboa.

Equipas Técnicas Territoriais (ETT's)

Estas equipas serão quatro, correspondendo às zonas territoriais da Rede Social (sul, norte, oriental e centro ocidental), serão constituídas pelos coordenadores dos Núcleos Executivos da Rede Social e por representantes dos parceiros locais, com Intervenção na área do envelhecimento que contratualizarem o Plano de Intervenção. Estas equipas deverão eleger os seus elementos dentro dos parceiros que contratualizem territorialmente o Plano.

Fórum

O Fórum é uma estrutura aberta à participação dos parceiros do CLAS-Lx. e de outras entidades da cidade, que direta ou indiretamente, desenvolvam ações na área do envelhecimento. Deverá ser constituído por peritos, universidades, Centros de Estudos, por entidades com projetos transversais à cidade, pelos 4 coordenadores dos Núcleos Executivos e pelo Coordenador da Comissão de Gestão de Plano. Terá uma função consultiva e deverá emitir pareceres não vinculativos, dar contributos ao nível do conhecimento, da partilha de experiências e de práticas locais.

O Plano de Intervenção pressupõe um determinado número de ações que deverão ser implementadas em diferentes momentos ao nível da cidade e ao nível local.

Fase 0

Terá a duração de seis meses e corresponderá à fase de divulgação, negociação e contratualização com as entidades locais e de criação de condições para o desenvolvimento da Ação.

Principais atividades:

- o Constituição da Comissão de Gestão do Plano (CGP)
- o Constituição das Equipas Técnicas Territoriais (ETT's)
- o Divulgação do Plano nas 4 zonas territoriais da Rede
- o Identificação das parcerias locais
- o Negociação e contratualização
- o Preparação e Elaboração do Plano Operacional
- o Criação da Plataforma Informática para Comunicação

Esta fase será desenvolvida em colaboração com as quatro Coordenadoras das ETT's, enquanto decorre a constituição das Equipas.

Fase 1

Terá a duração de seis meses e corresponderá à fase de preparação, elaboração da planificação local e fundamentação da intervenção.

Principais atividades ao nível da Cidade:

- o Criação de instrumentos de operacionalização e monitorização
- o Elaboração do Plano de Formação
- o Tratamento e divulgação de informação
- o Elaboração do documento/Estratégia Nacional
- o Elaboração da Carta Social para Idosos

Principais atividades ao nível Local:

- o Preparação e Elaboração dos quatro Planos Operacionais Locais
- o Colaboração na Identificação das necessidades formativas
- o Divulgação da informação
- o Levantamento da informação para elaboração dos diagnósticos locais

Fase 2

Terá a duração de um ano e corresponderá à fase de implementação, monitorização e avaliação do Plano.

Principais atividades ao nível da Cidade:

- o Elaboração de Diagnóstico prospetivo
- o Implementação do Plano de Formação
- o Negociação da (re) qualificação de respostas/serviços
- o Identificação de novas respostas
- o Fóruns de discussão e reflexão

Principais atividades ao nível Local:

- o Elaboração de Diagnósticos Locais
- o Realização de Campanhas de Sensibilização e Educação
- o Identificação de Parcerias para a (re) qualificação de respostas/serviços
- o Fóruns de discussão e reflexão

Resultados Esperados:

- Produção de conhecimento: Elaboração de 4 Diagnósticos Locais e Diagnóstico Específico ao nível da Cidade;
- Implementação de um Modelo de Planeamento com apresentação da Carta Social para Idosos – Lisboa;
- Formação/Qualificação dos agentes, dirigentes e organizações que trabalham nesta área;
- Promoção e reconversão da rede de respostas e serviços;
- Identificação de novas respostas.

C) CRIANÇAS

Estratégia de Cidade para as Crianças em Lisboa – Plano de Definição

A Estratégia de cidade para as crianças na cidade de Lisboa pretende criar um consenso político e institucional centrado na afirmação da cidade de Lisboa como “cidade amiga das crianças”, alinhando a realidade local com o movimento patrocinado pela UNICEF (*child-friendly cities*) e ratificado pela União Europeia e pelo Estado Português.

Neste contexto a criação, contratualização e afirmação política da Carta Estratégica para os Direitos das Crianças na Cidade de Lisboa, deverá criar as condições no contexto institucional e enquanto ferramenta normativa de intervenção, para que na cidade de Lisboa se reconheça uma política e prática efetiva para a qualidade dos serviços, intervenções e oportunidades de vivência urbana na ótica dos Direitos da Criança.

A efetivação desta Estratégia deverá ancorar-se institucionalmente no Grupo de Missão que assumirá a tarefa de coordenar, criar consensos e produzir as propostas e recomendações para que esta Estratégia se afirme na cidade.

Terá igualmente a função de gerar e mobilizar recursos institucionais para a construção de um suporte de informação e conhecimento na cidade da realidade dos direitos das crianças de modo a que as propostas efetivas se baseiem na realidade local e nas perspetivas e potencialidades já disponíveis no terreno.

Como condição de efetividade prática e potencial transformador da concertação institucional em rede, a Estratégia deverá, igualmente dotar-se de uma dimensão instrumental e operativa que numa perspectiva de planeamento contínuo e gradual, produzirá propostas de intervenção prática e imediata, a partir do diagnóstico do terreno; as Medidas de Intervenção orientar-se-ão para questões específicas do desenho dos serviços e da utilização dos recursos de modo a garantir à Estratégia uma capacidade operativa e mobilizadora da realidade da cidade.

Componentes da Estratégia de Cidade:

1. Grupo de Missão para concretizar:

- A Carta Estratégica para os Direitos das Crianças na Cidade de Lisboa
- O Observatório dos Direitos das Crianças em Lisboa
- A Produção de Propostas e Recomendações

2. Medidas Operacionais para a Implementação da Carta Estratégica

- Grupos de trabalho para a Implementação de medidas específicas de Intervenção na Cidade

A Estratégia deverá orientar a implementação de padrões de intervenção nos serviços e instituições na área das crianças, identificadas pela capacidade de traduzir de forma prática e reconhecível a perspetiva dos direitos da criança. Este alinhamento da cidade de Lisboa com os compromissos assumidos nas instâncias europeias de estabelecer os direitos nas políticas e instituições nacionais poderá traduzir-se no reconhecimento de Lisboa como território de excelência no desenvolvimento de políticas nesta temática.

3.3. TERRITORIAL – COMISSÕES SOCIAIS DE FREGUESIA/ COMISSÕES SOCIAIS INTERFREGUESIA

As CSF/ CSIF materializam ao nível do território, freguesia ou conjunto de freguesias, a Rede Social. Em Lisboa, atualmente estão constituídas 20 CSF e 1 CSIF.

Estas estruturas têm organizado o seu processo de planeamento a partir da identificação dos problemas locais e da capacidade/ possibilidade que os parceiros, em rede, dispõem para resolução dos mesmos. Assim, cada CSF/CSIF organizou e desenvolveu o seu próprio plano de ação.

A proximidade do terreno permite também a identificação das necessidades sociais, diagnosticando a sua prevalência ou relevância, sinalizando igualmente as necessidades emergentes, por via de novas configurações dos problemas sociais ou da sua prioridade por fenómenos de aumentos abruptos ou ruturas sociais (individuais, de grupo ou familiares).

Esta função de “leitura” ou diagnóstico contínuo da cidade deverá ter tradução nos planos de acção e das CSF’s / CSIF’s e na Agenda Estratégica do PDS.

No âmbito da construção do PDS para Lisboa foram realizadas 12 sessões de trabalho¹¹ com o objetivo de identificar ações em curso ou ações a formular para concretização da Visão. Das CSF/CSIF constituídas até janeiro de 2011, apenas 3 consideraram que do seu processo de planeamento podiam identificar ações¹² para inscrever na Agenda Estratégica.

A CSF dos Anjos elegeu a questão da inserção escolar e sucesso educativo das crianças oriundas de famílias imigrantes. A capacidade realizar a inserção social e cultural dos imigrantes na cidade de Lisboa é uma oportunidade de demonstrar iniciativa e inovação nas práticas e políticas de cidade. Esta CSF através de uma abordagem planeada e organizada ao nível de política de criação de oportunidades diferenciadas contribui para esta Visão Estratégica aplicando uma metodologia de apoio ao ensino e aprendizagem do Português nos agrupamentos escolares da freguesia.

A experiência do “Projeto Transporte Solidário” da CSIF de Santa Maria de Belém e S. Francisco Xavier, já continuada e reconhecida é outra das práticas da cidade com elevado

¹¹ Ver anexo 2

¹² Anexo 5 – Fichas de Projecto das 3 CSF

potencial estratégico. Foca a questão do isolamento dos idosos na cidade Lisboa, considerada uma questão crítica na cidade de Lisboa, pela sua estrutura demográfica muito envelhecida,

pelas características específicas da mobilidade urbana da cidade e sobretudo, do seu edificado e arquitetura.

Como a CSIF de Santa Maria de Belém e S. Francisco Xavier, diagnosticou (diagnóstico esse comum a todas as CSF's) existir um número considerável de idosos absolutamente isolados que perderam todas as oportunidades de sociabilização e de acesso a serviços básicos como a saúde.

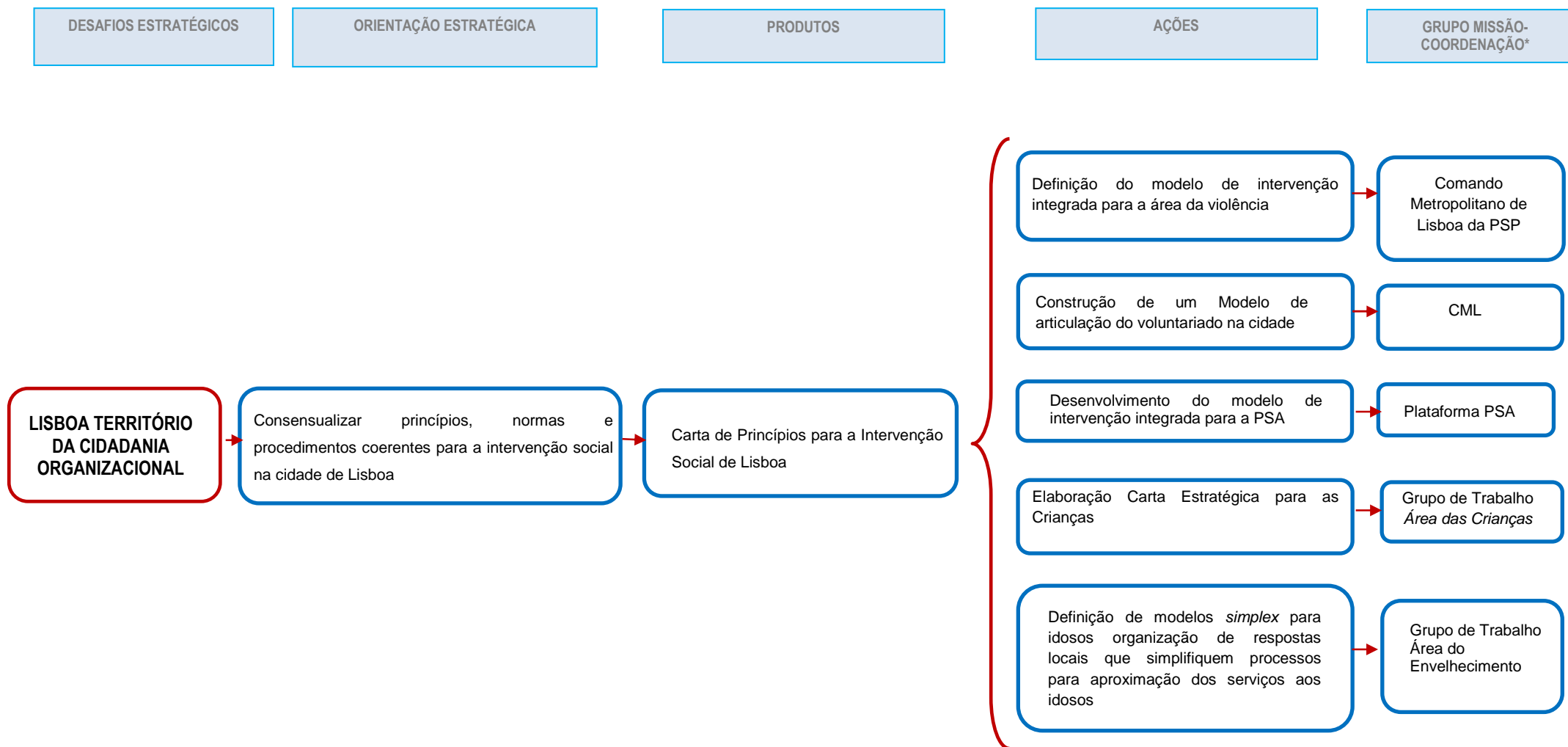
Esta CSIF empreendeu um grupo de trabalho interinstitucional alargado que respondeu a esta necessidade específica com um serviço inovador o "Transporte Solidário", com resultados muito significativos e impactos relevantes na qualidade de vida dos idosos abrangidos.

Esta CSIF elegeu um outro projeto para a Agenda Estratégica denominado de "Dê p'ra troca" que é um serviço de recolha e partilha de manuais escolares. Este projeto está focado nas necessidades sociais básicas de acesso ao sucesso escolar de famílias mais vulneráveis, garantindo-lhes manuais escolares num processo organizado de solidariedade e coesão social. Os resultados muito relevantes já obtidos e a capacidade de inovação demonstrada pela parceria interinstitucional que o suporta, torna-se um projeto estratégico de eleição na Agenda do PDS.

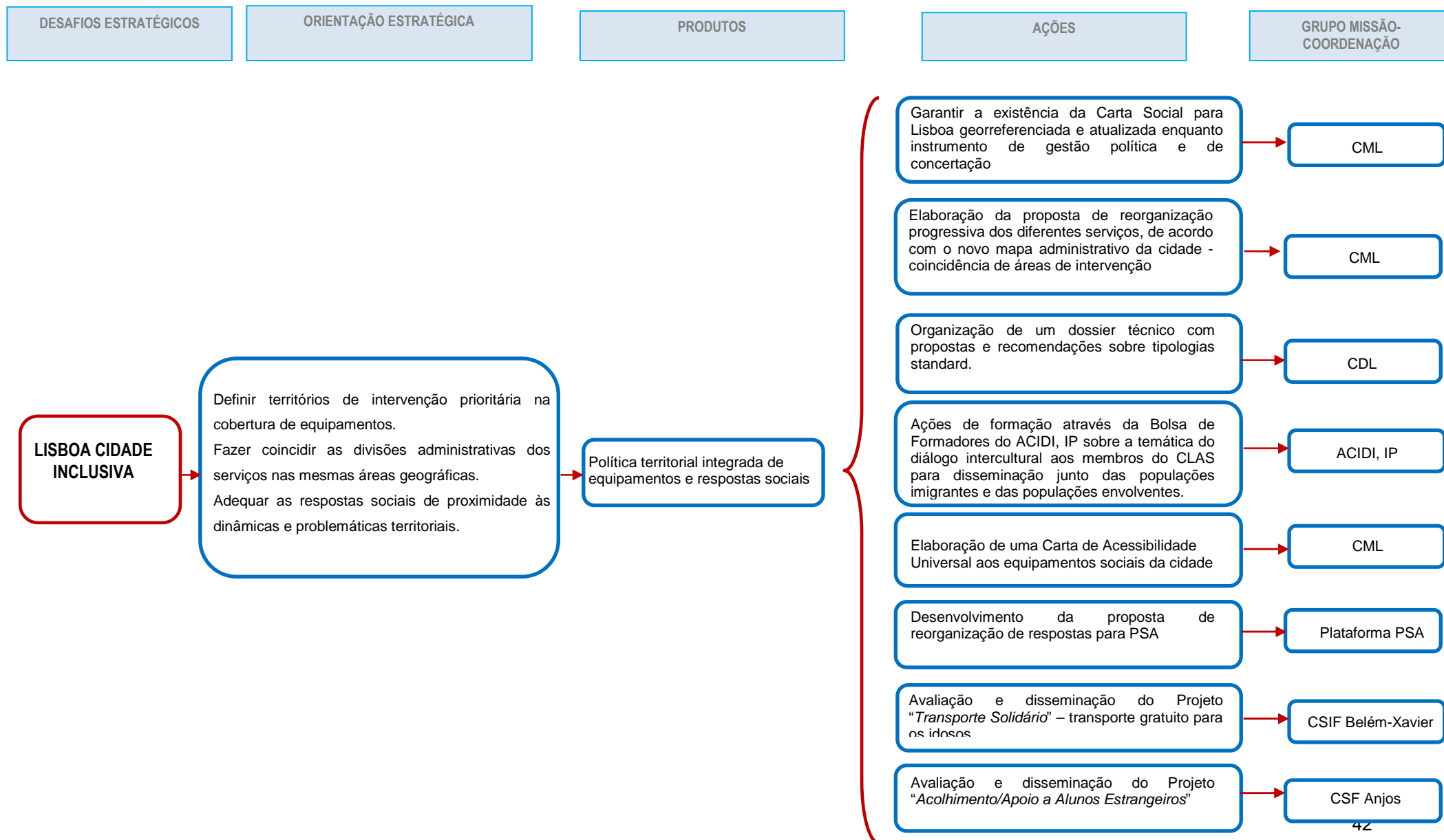
A CSF de Santos o Velho com o projeto "Desafios Inclusivos" promotor da intergeracionalidade ativa, integra a Agenda Estratégica do PDS com uma das suas intervenções de base territorial. A capacidade criativa e inovadora do projeto, associado à escolha da problemática da intergeracionalidade (identificada como prioritária em todas as dimensões de diagnóstico social da cidade) evidencia um elevado potencial de replicação e disseminação como política de Inovação da cidade de Lisboa.

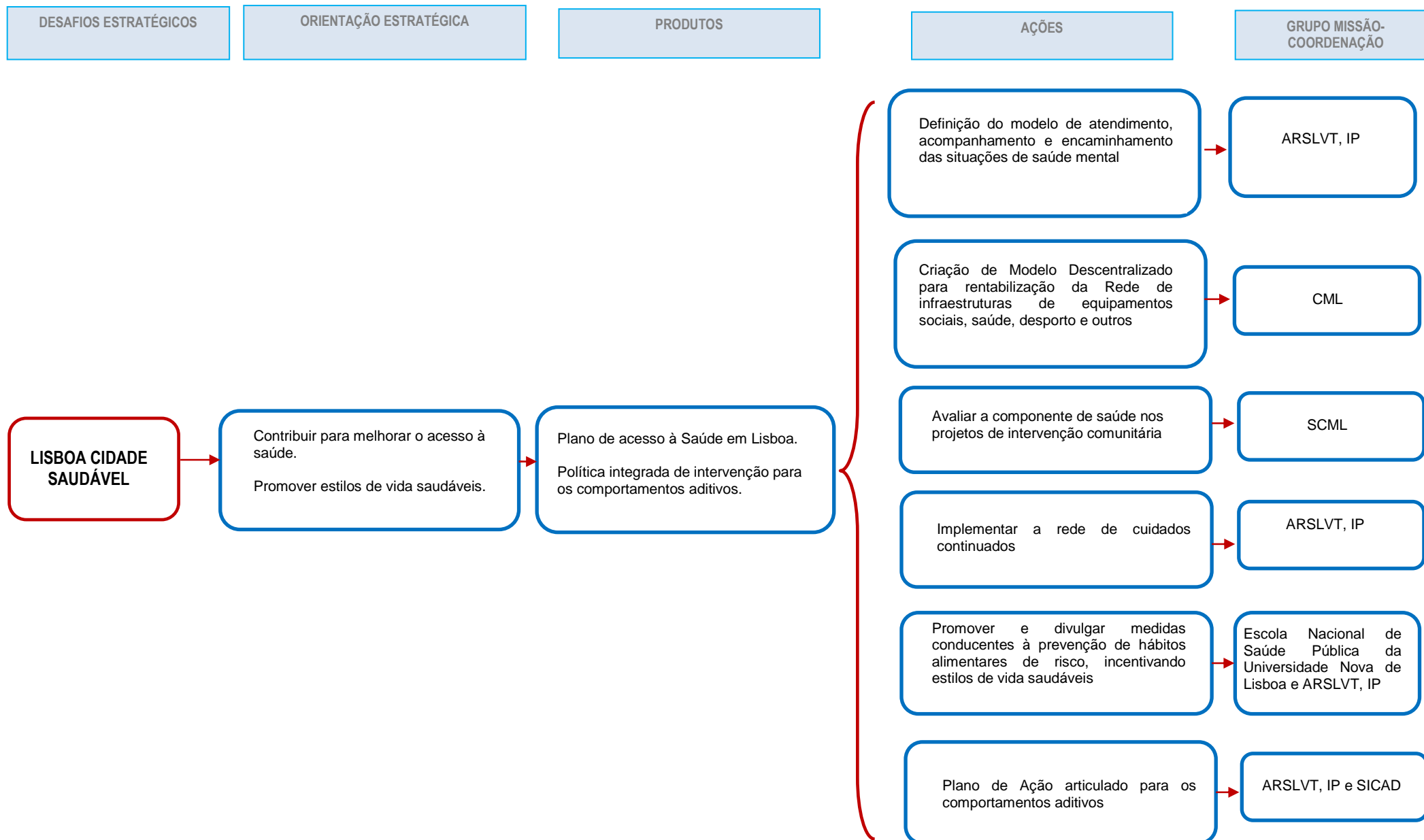
Como o PDS não é um documento fechado, à medida que as CSF/CSIF forem identificando ações que possam concorrer para a concretização da Visão, as mesmas serão inscritas na Agenda Estratégica.

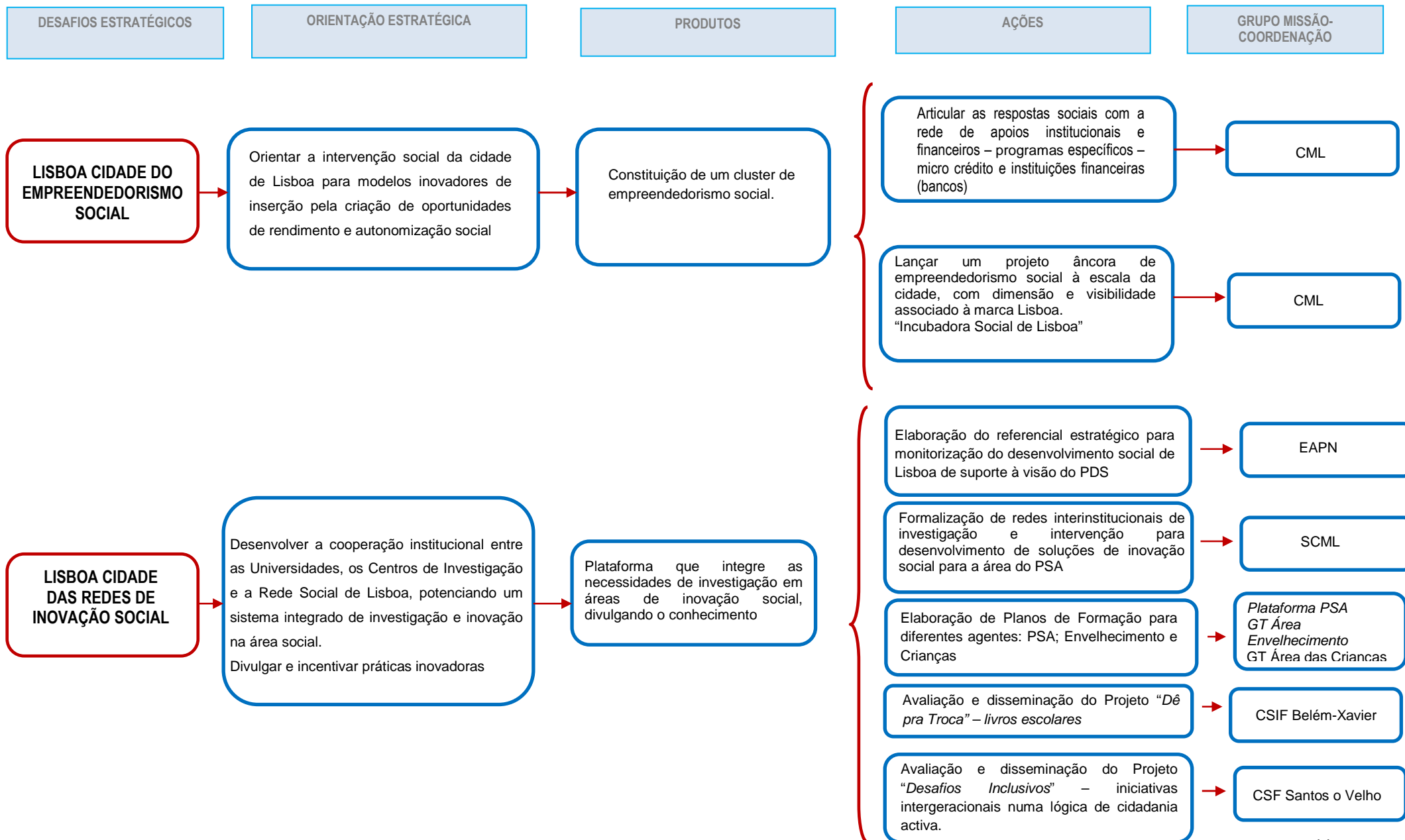
4. AGENDA ESTRATÉGICA



*Constituição dos Grupos de Missão ao nível das entidades chave. Nos 3 Planos da Rede e nas CSF, as ações decorrem dos formatos de trabalho existentes/ propostos







5. MODELO DE GOVERNÂNCIA DO PDS

Concettualmente, o PDS de Lisboa é um documento regulador do processo de decisão e planeamento em rede, integrando a estrutura de decisão e ação da Rede Social através do seu próprio processo de implementação do planeamento, o Modelo de Governância, que integra numa plataforma comum, os níveis de decisão, de planeamento e coordenação.

Esta estrutura, centrada na **Comissão Tripartida**, será o mecanismo institucional de pilotagem do planeamento da intervenção social no concelho. A coordenação da implementação do PDS, nos vários níveis de planeamento da Rede, é assumida pela Comissão Executiva, sendo que uma das Entidades da CT assume a coordenação desta comissão durante a vigência do PDS.

O modelo de Governância do PDS da Rede Social de Lisboa integra três componentes:

1. Dinâmica de Planeamento
2. Instrumentos de Governância
3. Funções Institucionais

1. Dinâmica de Planeamento da Ação

- **Formulação de propostas ou recomendações na perspetiva de possível incorporação nas políticas institucionais para a cidade a partir da análise das boas práticas, práticas de excelência e produtos desenvolvidos nas intervenções em curso nos Planos da Rede e nas CSF/CSIF.**

Metodologia

Sessões de avaliação participada da Agenda Estratégica.

A partir da análise da informação das ações desenvolvidas poderão ser sistematizadas propostas ou recomendações dos **Modelos ou Instrumentos de Ação** com potencial de disseminação na cidade.

- **Formulação de propostas de intervenção para as diferentes áreas de intervenção a partir dos desafios e da avaliação dos indicadores de desenvolvimento social.**

Metodologia

A Comissão Executiva elabora propostas e recomendações aos diferentes níveis operativos da Rede Social, integrando nas intervenções em curso a atualização das estratégias e áreas temáticas propostas. Este procedimento será operacionalizado através da incorporação das propostas na Agenda Estratégica, nos Planos da Rede ou nos Planos de Ação das CSF/CSIF.

2. Instrumentos de Governância

- **Relatório de monitorização dos produtos e ações do PDS**

Relatório produzido com a síntese da atualização dos indicadores de desenvolvimento social, com periodicidade anual.

- **Relatório de avaliação da Agenda Estratégica com elaboração de propostas e recomendações (periodicidade semestral)**

Relatório de avaliação das ações promovidas no âmbito da Agenda Estratégica, com indicação de potencial para a disseminação na cidade. Deverá incluir propostas e recomendações para o replanejamento das ações de modo a obter a atualização da Agenda Estratégica.

- **Plano de Ação anual da Rede Social**

O Plano de Ação anual da Rede Social deverá refletir as orientações contidas no PDS, na sua Visão e Agenda Estratégica. Por outro lado, deverá expressar a dinâmica de intervenção nas várias dimensões de planeamento da Rede Social.

3. Funções Institucionais

CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL - APROVAÇÃO DAS PROPOSTAS DE ATUALIZAÇÃO E REVISÃO DOS CONTEÚDOS DO PDS

O CLAS é a instância de aprovação do PDS. Aprova as propostas decorrentes dos diferentes processos de planeamento, com vista à sua incorporação no PDS.

COMISSÃO TRIPARTIDA – NEGOCIAÇÃO, VALIDAÇÃO E INCORPORAÇÃO DAS PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO OU INOVAÇÃO NAS POLÍTICAS DE CIDADE

- Garantir o acesso dos níveis de planeamento aos decisores institucionais dos setores chave da área social na cidade;
- Negociar e concertar programas e medidas locais (a CT assumirá este papel de canal de acesso institucional às propostas, modelos e produtos decorrentes da prática de planeamento do PDS);
- Negociar institucionalmente a Visão e a Agenda Estratégica e definir orientações para a sua atualização;
- Validar para efeitos de aprovação as decisões de incorporação nas políticas de cidade dos resultados e produtos decorrentes dos vários níveis de planeamento do PDS;
- Avaliar os resultados de execução do PDS.

COMISSÃO CONSULTIVA – ACOMPANHAMENTO E COLABORAÇÃO NAS ÁREAS ESTRATÉGICAS DO PDS

- Facilitar os processos que conduzem à incorporação das propostas no planeamento da entidade que representam;
- Apresentar sugestões ou propostas destinadas a fomentar ou aperfeiçoar a Agenda Estratégica e as orientações para a sua atualização;
- Formular recomendações para incorporação das propostas, produtos ou modelos, decorrentes da prática de planeamento do PDS;
- Apreciar e pronunciar-se sobre os instrumentos de governância do PDS.

COMISSÃO EXECUTIVA – COORDENAÇÃO, OPERACIONALIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E (RE) ORIENTAÇÃO DA AGENDA ESTRATÉGICA

- Coordenar a implementação do PDS nos vários níveis de planeamento da Rede;
- Operacionalizar os Instrumentos de Governância (Relatório de monitorização dos produtos e ações do PDS; Relatório de avaliação da Agenda Estratégica com elaboração de propostas e recomendações; Plano de Ação anual da Rede Social);
- Articular entre os diversos níveis de planeamento e a Comissão Tripartida;
- Avaliar periodicamente os resultados das ações da Agenda Estratégica mediante os relatórios de acompanhamento das ações reportando à CT e ao Plenário;
- Elaborar propostas e recomendações para os níveis operativos da Rede;
- Identificar áreas de oportunidade para novas intervenções ou necessidades por responder.

NÚCLEOS EXECUTIVOS – OPERACIONALIZAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DO PDS NAS CSF

- Acompanhar o desenvolvimento das ações das CSF's/CSIF no âmbito do Plano de Ação Anual;
- Acionar nas freguesias (com CSF ou não), os níveis de planeamento operacional do PDS – Agenda Estratégica nas CSF's/CSIF e Planos e gerir a informação daí decorrente;
- Monitorizar o diagnóstico local e direcioná-lo para os processos de planeamento de acordo com a informação disponível;
- Organizar e dinamizar as **Sessões de Avaliação, Planeamento e Oficinas de Projeto** enquanto procedimentos do planeamento participado.

COMISSÕES SOCIAIS DE FREGUESIA – OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DA AGENDA ESTRATÉGICA

- Integrar e planear as ações da Agenda Estratégica nos Planos de Ação das CSF's.
- Identificar de boas práticas ou modelos de excelências, suscetíveis de disseminação ou incorporação nas políticas de cidade definidas nos desafios;
- Participar e dinamizar localmente os processos de avaliação e monitorização participativa do PDS e sobretudo da Visão e da Agenda Estratégica.

ANEXOS

ANEXO1 – LISTA DE PARTICIPANTES NOS WORKSHOPS DE OUTUBRO DE 2009

Envelhecimento - 6 outubro

Estiveram presentes 15 participantes de 12 entidades.

Pessoa Sem Abrigo - 8 outubro

ENTIDADE = 20	REPRESENTANTE = 26
Associação de Apoio aos Ex Combatentes Vítimas de Stress de	Sofia Pires
Associação Médicos do Mundo	Mónica Duarte
Associação para o Estudo e Interação Psicossocial - AEIPS	Teresa Duarte
Câmara Municipal de Lisboa	Helena Fonseca/ Filomena Marques
Centro Distrital de Lisboa, ISS. IP	Maria Rosário Reis
Centro Padre Alves Correia - CEPAC	Ana Mata
CIC - Associação para a Cooperação, Intercâmbio e Cultura	Lurdes Macedo
Comunidade Vida e Paz	Celestino Cunha
Coordenação Nacional Para a Saúde Mental	Paula Domingos
Desafio Jovem	Francisco Chaves
Direção Geral de Reinserção Social	Oriana Furtado Lourenço/ Maria Assunção Ramos
Fundação AMI	Ana Martins/ Ana Nascimento
Instituto da Droga e da Toxicodependência - IDT	Alcinda Gomes/ Marta Alves
Junta de Freguesia Anjos	Joana Clemente
Junta de Freguesia Santa Engrácia	Ana Cristina Marújo
MSV - Movimento ao Serviço da Vida	Mafalda Brandão
REAPN - Rede Europeia Anti-Pobreza - Portugal	Maria José Domingos
SAAP - Sociedade Anti-Alcoólica Portuguesa	Filomena Velasco/ Rita Chaves
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	Etelvina Ferreira/ Gina Moura
VITAE - Associação de Solidariedade e Desenvolvimento Internacional	Cláudia Silva

Crianças - 14 outubro

ENTIDADE = 8	REPRESENTANTE = 10
Associação para o Estudo e Terapêutica do Insucesso Escolar de	Gonçalo Pimentel/ Gonçalo Pinto
Câmara Municipal de Lisboa	Isabel Santos
Centro Distrital de Lisboa, ISS, IP	Rita Saldanha
Fundação Aga Khan Portugal / K'cidade	Pedro Cunha
Instituto Apoio Criança	Maria João Malho
OMEP - Org. Mundial de Educação Pré-Escolar - Comité Português	Filomena Lobo/ Catarina Alexandre
Passo a Passo com Crianças e Família	Andreia Pereira
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	Rosa Macedo

Cidade - 19 outubro

ENTIDADE = 16	REPRESENTANTE = 17
ACIDI - Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural	Ana Furão
Associação de Pais da Escola Paula Vicente	Maria Rodrigues Sanches
Câmara Municipal de Lisboa	Ana Dantas
Centro Distrital de Lisboa, ISS.IP	José Castro
COFAC - Cooperativa de Formação e Animação Cultural. CRL	Maria Emília Ferreira
Escola Superior de Educação	Mariana Dias
Instituto da Droga e da Toxicoddependência - IDT	Joaquim Fonseca/ Marta Alves
ISCTE/CIES - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia	Elsa Pegado
Junta de Freguesia da Pena	Ana Moreira
Junta de Freguesia Sta. Catarina	Mariana Oliveira
Junta de Freguesia S. Domingos Benfica	Sofia Mendes
Junta de Freguesia S.Francisco de Xavier	Madalena Múrias
REAPN - Rede Europeia Anti-Pobreza - Portugal	Maria José Domingos
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	Fernanda Belo
Serviço Jesuíta Refugiados - JRS	André Costa Jorge
FERLAP - Federação Regional de Lisboa das Associações de Pais	Isidoro Roque

Nota: Nos Workshops estiveram presentes representantes dos Núcleos Executivos, do Grupo Técnico e Consultor

ANEXO 2 - LISTA DE PARTICIPANTES NAS SESSÕES DE TRABALHO (NOVEMBRO 2010 E JANEIRO 2011)

CLUSTER “Empreendedorismo” - 30 novembro 2010

ENTIDADE =9	REPRESENTANTE = 9
APEE	Luís Guapo
GEBALIS	Maria Helena Correia
ISS, IP - CDL	Sofia Marques
ISS, IP - CDL	Jacqueline Barreto
IEFP, IP	José Paulo Luís
SCML	Susana Ferreira
SCML	António Charana
DRELVTV	Luísa Gomes
ANDC	José Centeio

CLUSTER “Orçamento Inclusivo” – 07 dezembro 2010

ENTIDADE =6	REPRESENTANTE = 7
APEE	Luís Guapo e Manuel Marcelli
FUNDAÇÃO EDP	Gonçalo Moita
ISS, IP - CDL	Dina Ferreira
IEFP, IP	José Paulo Luís
FUNDAÇÃO GALP ENERGIA	Maflada Serrasqueira
FUNDAÇÃO AGA KHAN / PROGRAMA CIDADE	Sandra Almeida

Santa Maria de Belém e São Francisco Xavier - 05 de janeiro de 2011

ENTIDADE = 6	REPRESENTANTE =8
SCML	Fernanda Martins/ Helena Mendes
Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso	Mafalda Lourenço
Abrigo Infantil Santa Maria de Belém	Maria Martins
ARIA - Associação de Reabilitação e Intearação e Aiuda	Catarina Malata
Junta de Freguesia de São Francisco de Xavier	Maria Helena Lencastre/ Mariana Ribeiro
Ajuda de Mãe	Filomena Mendes

Lumiar - 06 de janeiro de 2011

ENTIDADE =6	REPRESENTANTE =6
SCML	Cristina Laranjo
Gebalis	Isabel Saldanha
Fundação Aga Khan	Mónica Mascarenhas
ISS, IP	José Castro
Centro Comunitário de Telheiras	Maria João Silva
Ajuda de Mãe	Maria Luísa Bugalho

S. Domingos de Benfica - 06 de janeiro de 2011

ENTIDADE =6	REPRESENTANTE =7
Centro de Saúde de Sete Rios	Vânia Sousa
Gebalis	Helena Gomes
Centro Social Paroquial S. Domingos de Benfica	Elsa Viegas
Junta de Freguesia de S. Domingos de Benfica	Cátia Santos/ José Melo
SCML	Esmeralda Saragoça
Acreditar	Alexandra Correia

Benfica - 07 de janeiro de 2011

ENTIDADE= 6	REPRESENTANTE= 7
SCML	Ana Fradique
Associação de Reformados de Benfica	Isabel Ramos
Junta de Freguesia de Benfica	Luísa Sereno/ Maria Rosário
Associação "O companheiro"	Silvia Moço
Agrupamento de Escolas Quinta de Marrocos - Benfica	Maria Teresa Silva
Associação Rute	Carla Rholes

Pena - 10 de Janeiro de 2011

ENTIDADES = 4	REPRESENTANTE =5
PSP	Pinto
DRELVLT	Alexandra Martinho
IEFP	Ana Santos/ Ana Rodrigues
Associação Nova Onda do Caminho	Ana Almeida

Pena - 18 de Janeiro de 2011

ENTIDADES = 8	REPRESENTANTE =11
Junta de Freguesia da Pena	Rita Dias
SCML	Joana Andrade
ISS, IP	Fátima Branco/ Maria José Relvas
PSP	Ricardo Marques/ Carlos Batista
IEFP	Ana Rodrigues/ Ana Santos
EB1, Nº 1 de Lisboa	Maria Teresa Rosa
Casa Pia de Lisboa	Ilda Pissarra
Associação Nova Onda do Caminho	Ana Almeida

Santa Engrácia - 28 de Janeiro de 2011

ENTIDADE = 8	REPRESENTANTE = 8
SCML	Maria Helena Carrilho
Associação Solidariedade Entre Gerações	Ilegível
Associação Santa Engrácia de Lisboa	Adelina Florindo
APEE EB1 - 21 e Jardim de Infância de Santa Engrácia	Andreia Palma
Agrupamento 51	José Teles
CAF - Componente de Apoio à Farmácia da Junta de Santa Engrácia	Catarina Rocha
Projecto Intervir - Junta de Santa Engrácia	Sandra Matos
Projecto Envelhecimento Activo e Saudável - Junta de Santa Engrácia	Lurdes Santos

Anjos - 14 de Janeiro de 2011

ENTIDADE = 4	REPRESENTANTE = 5
Obra Social das irmãs Oblatas do Sto. Redentor	Helena Fidalgo/ Ingride Alvaredo
Junta de Freguesia dos Anjos	Mónica Silva
SAAP - Sociedade Anti-Alcoolica Portuguesa	Madalena Natividade
Escola Secundária D. Luisa de Gusmão	Carlos Caetano

São Jorge de Arroios - 19 de Janeiro de 2011

ENTIDADE = 5	REPRESENTANTE =5
APAV-Associação de Apoio à Vítima	Ana Teresa Silva
Centro Social de Arroios	Pedro Cardoso
PSP	Caetano
SCML	Sónia Miquelino
Junta de Freguesia de São Jorge de Arroios	Lopes

Santos-o-Velho - 26 de Janeiro de 2011

ENTIDADE =12	REPRESENTANTE = 16
A Barraca	Hélder Costa
Check In - APDES	Cristiana Pires
CML	Miguel Rato
Ordem dos Enfermeiros	Ausenda Duarte
Associação Vo'Arte	Clara Antunes
Centro de Saúde da Lapa	Graça Gonçalves/ Carolina Sanches
Junta de Freguesia de Santos-o-Velho	Mónica Dias/ Luís Filipe Monteiro/ Celso Antunes/ Raquel Coelho
Aparece - Saúde Jovem - Junta de Freguesia Santos-o-Velho	Cristina Sanches
IDT	Rosa Mateus
SCML	Maria João Gonçalves
Centro Interculturalidade	Mário Alves
Assistência Paroquial Santos-o-Velho	Carmo Ribeiro

Santa Catarina - 02 de Fevereiro de 2011

ENTIDADE =5	REPRESENTANTE= 8
SCML	Maria José Câncio
Centro Social Paroquial de Santa Catarina	Dora Martins
Unidade de Cuidados de Saúde Luz Soriano	Andreia Coelho
PSP	Santos/ Franco
Junta de Freguesia de Santa Catarina	Mariana Oliveira/ Sofia Viana/ ilegivel

Carnide - 08 de Fevereiro de 2011

ENTIDADE = 4	REPRESENTANTE= 4
Fundação Aga Khan	Mónica Mascarenhas
SCML	Sofia Costa
Associação Nacional de Futebol de Rua	Paulo Marques
Junta de Freguesia de Carnide	Noélia Santos

Nota: Nos Workshops das CSF e CSIF estiveram presentes representantes/Coordenadores dos Núcleos Executivos, Grupo Técnico e Consultor

ANEXO 3 - LISTA DE PARTICIPANTES NAS REUNIÕES DESCENTRALIZADAS (MAIO E JUNHO 2012)

Zona Norte - 28 de Maio de 2012

ENTIDADE =12	REPRESENTANTE =15
ASLI – Associação Apoio Sem Limites	Jerónimo David
Associação de Pais e Técnicos do Infantário da Pedrita	Conceição Raposo Duarte
Associação Desportiva, Recreativa e Cultural – Mata de Benfica	Rui Henriques
CEDEMA – Ass. Pais Amigos Deficientes Mentais Adultos	Maria Antónia Machado/ Assinatura ilegível
Cooptécnica – Gustave Eiffel, Coop. De Treino e Formação Técnico Profissional	Ângela Califórnia
Crescer a Cores – Associação de Solidariedade Social	Naomi Elizabete da Silva
Girassol dos Afectos, Lda.	Ana Paula Mendes
Junta de Freguesia da Ameixoeira	Filipa Duarte Passinhas
Junta de Freguesia de Carnide	Paulo Quaresma/ Natália Santos
Raízes – Ass. De Apoio à Criança e ao Jovem	Sara Caetano
Serviço Jesuíta aos Refugiados - JRS	Susana Figueirinha/ Rita Maio
UDIPSS	Antero Marques

Zona Sul - 31 de Maio de 2012

ENTIDADE =16	REPRESENTANTE = 20
ARPENA – Sonho com Futuro – Ass. Ref. Pensionistas e Idosos	Odete Luz Machado
Associação Auxílio e Amizade	Cláudia Faria Silva Lucas
Associação de Assistência de São Paulo	Joana Teixeira
Associação de Educação e Promoção Social de Santos –o-	Lídia Lonção/ Teresa Vaz
Ass. Nac. Aposentados Pensionistas e Reformados - MODERP	Manuel Marques
Associação Nacional de Futebol de Rua	Eunice Lopes
Fundação D. Pedro IV	Rosaria Ralha
Horizonte – Centro Reabilitação Psico-Social	Francisco Esteves
Junta de Freguesia dos Anjos	Joana Clemente
Junta de Freguesia da Madalena	Jorge Manuel Ferreira
Junta de Freguesia de Santos-o-Velho	Mónica Dias/ Celso Antão
Junta de Freguesia de S. Nicolau	António Manuel
Junta de Freguesia da Sé	Lara Preto/ Filipe Pontes
Liga Portuguesa Contra a Sida	Maria Eugénia Saraiva/ Sílvia Rocha
PSP	Maria Aurora Dantier
ISEG	Filomena Ferreira

Zona Oriental – 4 de Junho de 2012

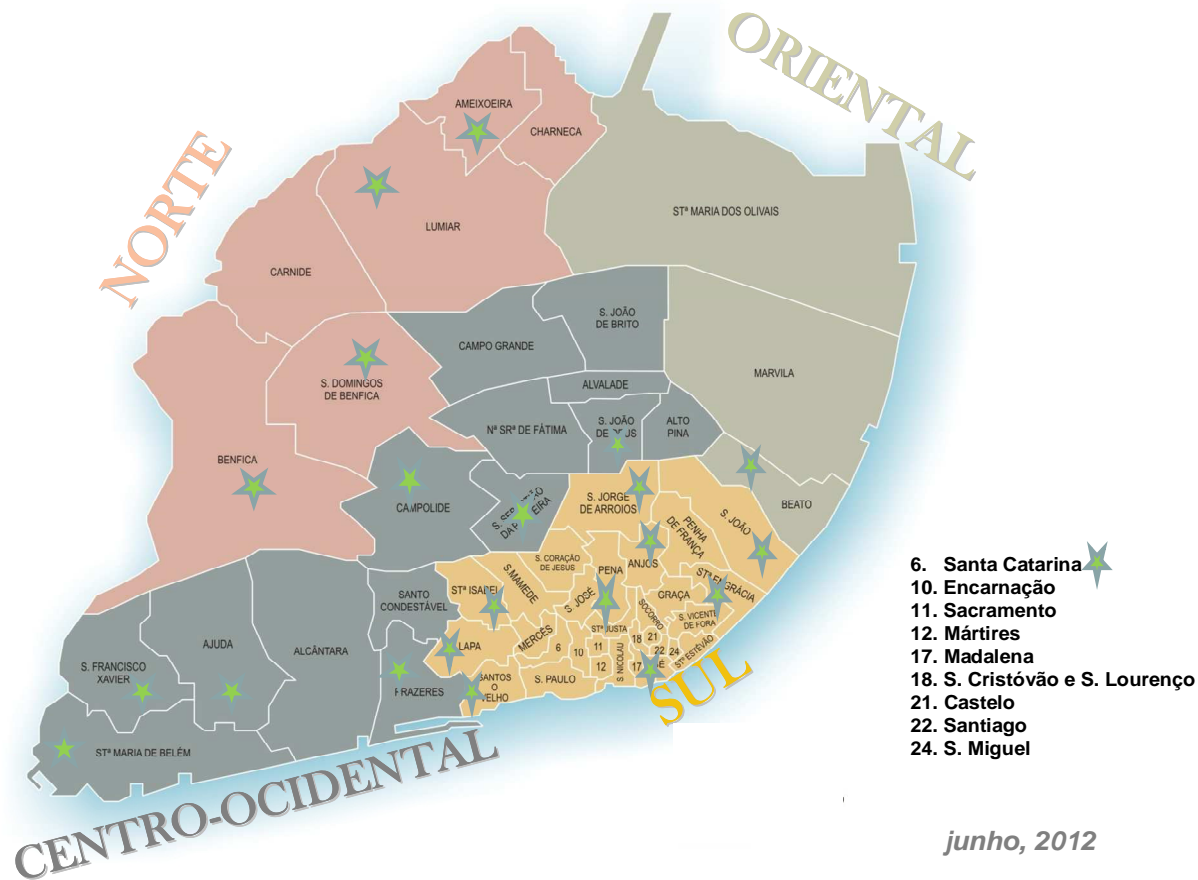
ENTIDADE = 4	REPRESENTANTE = 7
CERCI Lisboa – Coop. Educ. e Reabilitação de Crianças Inadaptadas	Maria Alice Santos
Junta de Freguesia do Beato	Cláudio Regelo/ Assinatura ilegível
Associação Novos Rostos... Novos Desafios	Joana Teixeira
Centro Social Exército da Salvação	Sandra Martins/ João Barros/ Rita Carvalho

Zona Centro-Occidental – 11 de Junho de 2012

ENTIDADE	REPRESENTANTE =17
Associação de Pais da Escola Paula Vicente	Emília Sanches
Ass. Desenvolvimento Apoio Social Bairro do Rego	Luísa de Jesus/ Assinatura ilegível
Ass. Estudo Integração Psicosocial - AEIPS	Teresa Duarte
PSP – 4ª Divisão	Pedro Castro/ Carmen Coelho
Ass. Portuguesa Familiares Amigos de Doentes Alzheimer	Ana Sofia Gomes
Associação Solidariedade Social SUBUD	Isabel Alves
Caritas Diocesana Lisboa	Ana Catarina Calado
Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso	Mafalda Lourenço
Fundação Raquel e Martin Sain	Carla Braz/ Assinatura ilegível
Instituto de Surdos Mudos Imaculada Conceição	Assinaturas ilegíveis
Junta de Freguesia de S. Francisco Xavier	Maria Helena Lencastre/ José Filipe Athayde de Caralhosa
Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém	Fernando Ribeiro Rosa

Nota: Nas reuniões descentralizadas estiveram presentes a Comissão Tripartida, representantes dos Núcleos Executivo e Grupo Técnico.

ANEXO 4 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS CSF/CSIF NOS TERRITÓRIOS DA REDE SOCIAL DE LISBOA



ANEXO 5 – FICHAS DE PROJETO DAS COMISSÕES SOCIAIS DE FREGUESIA

COMISSÃO SOCIAL DE FREGUESIA DOS ANJOS

IDENTIFICAÇÃO PROJETO/AÇÃO – *Apoio a Alunos Estrangeiros*

DESCRIÇÃO DO PROJETO/AÇÃO

Os alunos estrangeiros, quando chegam à Escola, são integrados no ano letivo previsto na tabela oficial de equivalências. Assim:

Ensino Básico: os alunos frequentam, no mínimo, em PLNM, os blocos correspondentes às áreas disciplinares não curriculares, podendo frequentar mais blocos, caso o Conselho de Turma entenda necessário.

Ensino Secundário: os alunos frequentam obrigatoriamente três blocos semanais de PLNM, podendo frequentar outros, a título de apoio suplementar.

FUNDAMENTAÇÃO

O projeto pretende criar condições para assegurar uma resposta adequada às necessidades deste grupo específico de alunos e que passa por garantir, não só, uma plena integração na escola e na comunidade, mas também, o domínio das competências necessárias à apropriação dos conteúdos programáticos.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

1. Que todas as turmas possam acolher alunos de PLNM;
2. Em termos globais sejam assegurados ao longo da semana, 20 blocos de PLNM;
3. A distribuição desses blocos seja feita de modo a assegurar a sobreposição dos horários das diferentes turmas;
4. Cada aluno tenha um professor tutor de PLNM, responsável pelo acompanhamento do seu plano de trabalho e participação nos conselhos de turma a que o aluno pertence.

AÇÕES PREVISTAS (a desenvolver)

- A) Implicação dos diferentes agrupamentos na construção de glossários e de outros materiais específicos tendo em vista o reforço do apoio a estes alunos nas diferentes áreas curriculares;
- B) Reforçar a dinamização de atividades e projetos que assegurem uma maior visibilidade ao trabalho realizado pelos alunos de PLNM;
- C) Aperfeiçoar a organização de um espaço com recursos específicos para o trabalho dos alunos de PLNM

INDICADORES DO PROJETO (ou ação)

- POPULAÇÃO ABRANGIDA

45 alunos de várias nacionalidades

- RECURSOS ENVOLVIDOS

Equipas de 4 professores que asseguram os 20 blocos semanais;

Afetação de uma sala (quase a tempo inteiro) para as atividades de PLNM;

Articulação com o BE/ CRE, a nível dos recursos bibliográficos e do próprio espaço.

COMISSÃO SOCIAL INTER-FREGUESIA DE SANTA MARIA DE BELÉM E SÃO FRANCISCO XAVIER**IDENTIFICAÇÃO PROJETO/AÇÃO – *Transporte Solidário*****DESCRIÇÃO DO PROJETO/AÇÃO**

O projeto Transporte Solidário surge de uma parceria entre entidades públicas e privadas que se constituíram em Comissão Social Interfreguesias de Santa Maria de Belém e São Francisco Xavier, ao abrigo do decreto-lei nº115/2006 de 14 de junho.

Trata-se de um transporte organizado e gratuito a pessoas adultas em situação de isolamento social com autonomia física e intelectual residentes nas freguesias de Santa Maria de Belém e São Francisco Xavier.

O Transporte funciona na estrada desde 4 de novembro de 2009 e realiza transporte diariamente das 8h as 18h, com 2 motoristas ao serviço. Os transportes são realizados para os centros de consulta, diagnóstico e tratamento do território correspondente, assim como para atividades lúdico-recreativas e atividades do quotidiano (supermercado, correios, bancos etc).

Os objetivos principais deste projeto são o combate à pobreza e isolamento social, o envolvimento das diversas entidades do território, criando redes de contacto privilegiadas entre os técnicos envolvidos e utentes – Melhorar a Qualidade de Vida e Sentimento de Bem Estar aos Residentes de ambas as freguesias.

FUNDAMENTAÇÃO

De acordo com o diagnóstico social da cidade de Lisboa o projeto Transporte Solidário insere-se no âmbito do “Plano de intervenção para a Área do Envelhecimento” como prática de planeamento e avaliação entre as instituições, inovação nas respostas direcionadas para a problemática do envelhecimento, que responda de maneira flexível às novas necessidades pessoais e sociais e de capacitação global dos vários intervenientes: população alvo, técnicos, instituições, gestores e promotores de políticas públicas.

O projeto Transporte Solidário surgiu de uma necessidade da população que vive nas freguesias de São Francisco Xavier e de Santa Maria de Belém, e pelas entidades que dão resposta a nível social e de segurança nestas freguesias. Após um diagnóstico social realizado neste território, o Isolamento Social surgiu como uma área prioritária de intervenção. A falta de meios de transporte próximos, a impossibilidade física de utilizarem de forma adequada os transportes públicos, e o custo elevado da utilização de táxis, dificulta as saídas da população aos serviços de saúde e às atividades básicas do quotidiano. É neste enquadramento que surge a necessidade de realizar de forma próxima e adequada o transporte gratuito de pessoas em situação de isolamento social e carência económica.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

A atividade do Transporte Solidário é desenvolvida diariamente, de 2ª a 6ª feira das 8h às 18h. A programação do Transporte para centros hospitalares (consultas, exames e tratamento), atividades desportivas e lúdico-culturais e atividades do quotidiano é realizada de acordo com os pedidos realizados pelos utilizadores do serviço. O Transporte Solidário iniciou a sua atividade a 4 de novembro de 2009, não havendo prazo limite ao seu funcionamento.

Para além do funcionamento diário do projeto junto dos clientes beneficiários, o grupo de trabalho realiza mensalmente uma reunião de organização e desenvolvimento do projeto e desenvolve ações de divulgação e angariação de fundos/apoios para a manutenção e desenvolvimento do mesmo, nomeadamente a aquisição de uma carrinha adaptada e mais moderna, de forma a satisfazer os nossos clientes de forma mais adequadas às suas características e alargando o âmbito da nossa intervenção (podendo dar resposta a mais utilizadores, nomeadamente as pessoas com dificuldades de locomoção ou outras, que atualmente, tendo em conta a carrinha em funcionamento, não podem ser abrangidas por falta de condições da mesma). Especificamente foram realizadas:

- 4 março 2010 – Apresentação Pública do Projeto no Padrão dos Descobrimentos;
- Candidatura ao Prémio BPI Capacitar em Abril 2010;
- Ações diversas organizadas pelos parceiros no sentido dos fundos reverterem a favor do projeto (Teatro, espetáculos);

Candidatura ao Prémio Nunes Côrrea (promovido pela SCML) em janeiro de 2011.

AÇÕES PREVISTAS (a desenvolver)

O grupo de trabalho pretende dar continuidade ao trabalho desenvolvido até então, realizando transportes diariamente a um número maior de pessoas possíveis que necessitem desta ajuda.

O grupo tem como objetivos para 2010/2011:

- 1 – Dar continuidade ao trabalho de divulgação e angariação de fundos para a manutenção/desenvolvimento do projeto;
- 2 – Integração de voluntários para realizar o acompanhamento dos clientes na carinha (apoio emocional) e dentro das instituições hospitalares ou outras;
- 3 - Adquirir uma carrinha própria e adaptada, de forma a alargar o nosso publico alvo;
- 4 – Avaliação do grau de satisfação e impacto na Comunidade do Projeto.

INDICADORES DO PROJETO (ou acção)**- POPULAÇÃO ABRANGIDA**

Pessoas adultas, em situação de isolamento social, com autonomia física e intelectual, residentes nas Freguesias de São Francisco Xavier e de Santa Maria de Belém. Têm prioridade as pessoas em marcada situação de isolamento social bem como de desvantagem psicossocial e económica. Como tal serão ponderados os seguintes critérios: isolamento social (ausência de rede social de suporte - formal e/ou informal) - 40%; recursos económicos - 30%; grau de dependência - 10%; idade - 20%. Relativamente à caracterização, a média de idades, é de 77 anos, (limite mínimo de 47 anos e máximo de 94 anos). A média do rendimento líquido per capita (critério financeiro utilizado), é de 280€.

- RECURSOS ENVOLVIDOS

Fazem parte do grupo de Trabalho as Seguintes Entidades:

Centro Paroquial de Assistência Santa Maria de Belém; Associação Reabilitação Integração Ajuda; Cruz Vermelha Portuguesa - delegação Lisboa; Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém; Junta de Freguesia São Francisco Xavier; Santa Casa Misericórdia Lisboa; Associação de Apoio e Segurança Psico-Social; Escola Secundária Marquês de Pombal; Polícia (26ª Esquadra) de Belém; Associação Portuguesa de Famílias Numerosas.

Foram realizados protocolos de intenções no sentido de agilizar e tornar possível algumas ações fundamentais para o funcionamento do projeto, especificamente entre as entidades:

- 1) Comissão Social Interfreguesias (CSIF) com Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém (pagamento mensal gasóleo, cedência temporária de carrinha de 9 lugares, pagamento de 20% do salário de um motorista ao abrigo do contrato de inserção + com o Centro de Emprego) e São Francisco Xavier (pagamento do Telemóvel para motoristas e despesas de funcionamento do mesmo, pagamento de 20% do salário de um dos motoristas ao abrigo do contrato de inserção + do Centro de Emprego, cedência de um espaço para funcionamento de secretariado); Delegação de Lisboa Cruz Vermelha Portuguesa (cedência de uma administrativa e de um técnico para supervisão da mesma), PSP 26ª Esquadra de Belém (limpeza da carrinha; local de entrega/levantamento de chaves e documentos do veículo);
- 2) CSIF e Escola Secundária Marquês de Pombal (manutenção/reparação do veículo pelos alunos do curso profissional de mecânica desta Instituição);
- 3) CSIF e Centro Paroquial de Santa Maria de Belém (abertura e controlo de uma conta afecta ao projeto).

Desta forma os recursos utilizados são:

- Carrinha de 9 lugares; Uma funcionária para secretariado; 2 motoristas (contrato inserção +); 1 Telemóvel; Gasóleo mensal no valor de 250Euros; Material de escritório para organização do projeto.

COMISSÃO SOCIAL INTER-FREGUESIA DE SANTA MARIA DE BELÉM E SÃO FRANCISCO XAVIER**IDENTIFICAÇÃO PROJETO/AÇÃO – *Dê p'rá troca*****DESCRIÇÃO DO PROJETO/AÇÃO**

O projeto “*Dê P'rá Troca*” nasceu, da preocupação sentida pelas famílias de dar um fim útil aos livros acumulados no final de cada ano letivo. Deste modo, o projeto tem por objetivo a reutilização de livros escolares para todas as famílias com crianças em idade escolar entre o 1º e 12º ano de escolaridade. Os livros utilizados são entregues pelas famílias, que podem ou não requerer outros livros adequados às suas necessidades. Embora o projeto tenha tido inicialmente a pretensão de servir as Freguesias abrangidas pela CSIF, dado o seu sucesso, foi alargado o seu âmbito e presentemente qualquer família pode solicitar ou entregar livros.

FUNDAMENTAÇÃO

A pertinência deste projeto, prende-se sobretudo com a fundamental intervenção a dois níveis:

- Ambiental, uma vez que a reutilização dos livros permite a diminuição do uso excessivo de papel e consequentemente a utilização de recursos naturais inerentes.
- Sociais promovendo uma poupança Familiar, dado que os custos dos livros são um grande encargo para a maioria das famílias, e os recursos gastos por uma família podem ajudar outra. Por outro lado é importante sensibilizar os mais jovens a cuidar e valorizar os livros, consciencializando-os para a importância da reutilização dos mesmos.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

São as Famílias que alimentam este projeto, podem apenas entregar, apenas receber, ou usufruir de ambas as vertentes.

São recebidos livros posteriores a 2006 (escolares e do Plano Nacional de Leitura) que as famílias já não precisam e que podem ser entregues na Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém e na Junta de Freguesia de São Francisco Xavier.

As Famílias que pretendem receber os livros podem dirigir-se à Junta de Freguesia de São Francisco Xavier para os levantar.

Todas as Famílias que quiserem podem consultar a lista dos livros no site: <http://csifbelemxavier.blogspot.com>.

O projeto funciona ao longo de todo o ano, embora com épocas de maior afluência (entre junho e outubro).

Desde o início do projeto, junho de 2009, foram recebidos mais de 5900 livros, dos quais 2200 permanecem disponíveis. Em relação aos pedidos efetuados entre 2009 e 2010 houve um aumento superior a 100%, isto é em 2009 houve cerca de 200 pedidos, e em 2010 470, 40 dos quais ainda se encontram pendentes.

Relativamente aos livros desatualizados, temos como princípio recebe-los e sempre que possível encaminhá-los para instituições que possam usufruir ou canalizá-los. Já foram enviados livros para os PALOP'S e atualmente para Timor. Quando tal não é possível são entregues para a reciclagem da CML.

A par das atividades acima descritas, é feita avaliação de satisfação dos utentes, através de questionários entregues aquando da entrega ou receção de livros.

Foi também constituída uma base de dados de forma a garantir uma adequada agilização entre os meios, os recursos e os pedidos e entregas.

AÇÕES PREVISTAS (a desenvolver)

Pretende-se dar continuidade ao projeto, acrescentando às actividades correntes as seguintes ações:

- Melhoramento do atual sistema através da introdução de instrumentos de apoio à gestão da base de dados;
- Divulgação do projeto com o apoio dos estabelecimentos de ensino das Freguesias que constituem a CSIF;
- Divulgação do projeto a nível nacional de forma a dar resposta às necessidades de manuais escolares por parte das instituições sociais;
- Avaliação do impacto ambiental e socioeconómico do projeto.

INDICADORES DO PROJETO (ou ação)

- POPULAÇÃO ABRANGIDA

Famílias das Freguesias pertencentes aos Conselhos de Lisboa, Amadora, Oeiras, Cascais e Margem sul.

- RECURSOS ENVOLVIDOS

Materiais: Espaço, material de desgaste (fotocópias, canetas, etc.), telefone, e-mail e PC

Humanos: Técnicos da CSIF, voluntários e Estagiários.

COMISSÃO SOCIAL DE FREGUESIA DE SANTOS-O-VELHO

IDENTIFICAÇÃO PROJETO/AÇÃO – *Desafios Inclusivos*

DESCRIÇÃO DO PROJETO/AÇÃO

O projeto visa pôr as pessoas em movimento, sensibilizar e mobilizar o conjunto das forças vivas da freguesia no combate à pobreza e à exclusão social e na melhoria da qualidade de vida da sua população sénior. O desafio é criar soluções que constituam mais valias efetivas e potenciem uma melhoria na qualidade de vida dos idosos.

Envolve o público-alvo (população sénior), população estudantil (secundário e universitário) e técnicas (os) das diversas instituições, na criação de dinâmicas que possibilitem ultrapassar as situações de solidão e isolamento, bem como fomentar a participação da população sénior nas decisões que lhes dizem respeito e apelar para o desenvolvimento de medidas de apoio à mulher idosa reconhecendo a sua condição de maior vulnerabilidade social.

Este projeto consiste na:

- Sensibilização e envolvimento da população estudantil para a problemática do combate à pobreza e à exclusão social, lançando pontes para propostas concretas de resolução de problemas;
- Envolvimento da população sénior no apelo à sua participação ativa nas diversas atividades, e na criação de um Conselho Local Sénior;
- Envolvimento dos intervenores sociais no desenvolvimento de uma relação de confiança intra-institucional e inter-institucional e com os vários grupos sociais envolvidos, e no desenvolvimento de uma prática comum.

FUNDAMENTAÇÃO

Este projeto surge do trabalho realizado anteriormente, no seio da Comissão Social de Freguesia de Santos-o-Velho, cujos parceiros, de diversas áreas de atividade, estão empenhados numa intervenção sócio-cultural e comunitária, que possibilite o desenvolvimento local, combatendo as situações de pobreza e de exclusão social.

A CSFSov fundamenta-se na consciência que existe, por parte dos seus parceiros, uma necessidade de criar oportunidades de exercício ativo de uma cidadania responsável no que respeita ao combate à pobreza e exclusão social, centrando a sua atividade na população sénior.

São diversas as estratégias implementadas:

- Desenvolvimento de atividades envolvendo a população sénior e intervenores sociais
- Desenvolvimento de atividades inter-geracionais
- Desenvolvimento de atividades envolvendo a população estudantil

- Desenvolvimento de atividades envolvendo todos os intervenientes e a comunidade local

O contacto inter-geracional é valorizado enquanto estratégia para a solução dos problemas identificados, nomeadamente a solidão e isolamento social.

Este projeto inter-relaciona-se com outros projetos desenvolvidos também pela CSF de Santos-o-Velho, e que promovem processos de participação e cidadania na população sénior.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Realizaram-se várias tertúlias, envolvendo a população idosa, instituições que trabalham no terreno (e parceiras na CSF Santos-o-Velho) e interventores sociais sobre diversas temáticas: a pobreza e suas consequências para a solidão e/ou isolamento das pessoas; os afetos na população sénior; o policiamento de proximidade.

Dinamizaram-se diversas sessões de trabalho com alunos da ETIC/EPI, debatendo a problemática da pobreza e exclusão social na população sénior; os alunos envolvidos decidiram-se pela criação de um spot publicitário de sensibilização do público em geral e também pela criação de outros materiais, que possam ser utilizados em diferentes dinâmicas.

Efetuaram-se diversas sessões de trabalho com seniores da freguesia e alunos do IADE (dos mestrados em design industrial, design de ambientes e design de produção) com o objetivo de debaterem, em conjunto, alguns problemas do quotidiano e ser possível encontrar soluções coerentes que procurem responder às necessidades identificadas pelos seniores. Pretende-se, através de relações inter-geracionais, utilizar o design para melhorar o dia a dia das pessoas sénior com dificuldades concretas.

AÇÕES PREVISTAS (a desenvolver)

- Continuação da dinamização das tertúlias sobre temáticas solicitadas pela população sénior;
- Criação do Conselho Local Sénior;
- Reforçar a dinamização de iniciativas inter-geracionais, rentabilizando a relação estabelecida com as instituições dos ensinos secundário e universitário;
- Análise e estudo das propostas apresentadas pelos estudantes, e posterior organização de uma exposição aberta a toda a comunidade, que dê visibilidade e expressão a todas as propostas de trabalho apresentadas;
- Dinamização de redes de solidariedade e de redes de saberes, que permitam criar dinâmicas de desenvolvimento local, com o levantamento dos saberes e profissões existentes na freguesia;
- Continuação das sessões de sensibilização junto da população da freguesia.

INDICADORES DO PROJETO (ou ação)**- POPULAÇÃO ABRANGIDA**

População sénior da freguesia; Técnicos das diferentes instituições que intervêm direta ou indiretamente com idosos; alunos e professores dos ensinos secundário e superior; comunidade em geral.

- RECURSOS ENVOLVIDOS

Recursos humanos dos diferentes parceiros envolvidos;

Recursos Materiais: diferentes espaços (culturais, lúdicos, educativos) de acordo com as actividades desenvolvidas; audiovisuais; consumíveis;

Recursos Financeiros: dos diferentes parceiros envolvidos.

ANEXO 6

REDE SOCIAL DE LISBOA CARTA DE INTENÇÕES

1. A Rede Social está regulamentada pelo Decreto-lei 115/2006 de 14 de junho, salientando-se os seguintes objetivos: combater a pobreza e a exclusão social, promover a inclusão e a coesão social; promovendo o desenvolvimento social e um planeamento integrado e sistemático potenciando sinergias competências e recursos.
2. A Rede Social assenta no trabalho de parceria alargada efetiva e dinâmica e visa o planeamento estratégico da intervenção social articulada entre os diferentes agentes locais para o desenvolvimento social.
3. A Rede Social de Lisboa tem vindo a implementar uma rede de base local através das Comissões Sociais de Freguesia ou Interfreguesias. O seu planeamento baseia-se num diagnóstico de necessidades no terreno, procurando responder, em parceria, aos problemas locais. Ao nível intermédio, mas transversal à cidade e, nas áreas de intervenção selecionadas pelos parceiros, o planeamento assenta em Planos setoriais para três áreas de intervenção (pessoa sem abrigo, envelhecimento e crianças) que procuram estruturar e gerar eficiência na rede vocacionada para a problemática identificada, planeando e criando sinergias entre as instituições.
4. Ao nível da cidade e, numa lógica de planeamento prospetivo com uma visão estratégica – Lisboa cidade da coesão social – desenvolve-se o Plano de Desenvolvimento Social 2013-2015¹³. Este instrumento fundamental no planeamento da Rede Social de Lisboa procura formular desafios globais de desenvolvimento social requerendo a participação de todos os parceiros. Nas áreas chave de intervenção na cidade justifica-se um maior envolvimento e participação mais ativa de algumas entidades assumindo a coordenação de Grupos de Missão.

¹³ Aprovado na 14ª Sessão Plenária do CLAS-Lx em 28 de Junho de 2012.

5. Por Grupo de Missão entende-se: um grupo de trabalho interno de cada entidade responsável pela ação, que desenvolve o trabalho reunindo periodicamente com outras entidades estratégicas, parceiras ou não da Rede, para acertar e conciliar o trabalho desenvolvido e a desenvolver, numa lógica de rede. O trabalho dos Grupos de Missão é apresentado ao plenário do Conselho Local de Ação Social de Lisboa (CLAS-Lx).

6. Entre o Conselho Local de Ação Social de Lisboa (CLAS-Lx.), atualmente constituído por 322 entidades parceiras, representado pela Comissão Tripartida (constituída pela Vereadora da Câmara Municipal de Lisboa, Helena Roseta; Vogal da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Rita Isabel Valadas; Diretora do Centro Distrital de Lisboa do ISS, IP, Susana Branco) e:

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP, neste ato representada pelo Diretor do Departamento de Saúde Pública da ARS, António Tavares;

Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, IP neste ato representado pela Alta Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural, Rosário Farmhouse;

Câmara Municipal de Lisboa, neste ato representada pela Vereadora Helena Roseta;

Centro Distrital de Lisboa do ISS, IP, neste ato representada pela Diretora Susana Branco;

Comando Metropolitano de Lisboa da Polícia de Segurança Pública, neste ato representada pelo Subcomissário Maria Aurora Marques Dantier;

EAPN Portugal (Rede Europeia Anti Pobreza), neste ato representada pelo seu Presidente Agostinho Cesário Jardim Moreira;

Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa, neste ato representada pelo seu Diretor João António Pereira;

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, neste ato representada pela Vogal da Mesa Rita Isabel Valadas;

Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependência, neste ato representado pelo seu Diretor Geral, João Goulão.

Firma-se a presente carta de intenções.

DO OBJETO

O objeto desta carta de intenções é o estabelecimento de um compromisso interinstitucional entre o CLAS-Lx, representado pela Comissão Tripartida, e as seguintes entidades – Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo; Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural; Câmara Municipal de Lisboa; Centro Distrital de Lisboa da Segurança Social; Comando Metropolitano de Lisboa da Polícia de Segurança Pública; EAPN Portugal (Rede Europeia Anti Pobreza); Escola Nacional de Saúde Pública e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – com o propósito de coordenar os Grupos de Missão responsáveis pela concretização das ações identificadas na Agenda Estratégica do Plano de Desenvolvimento Social 2013-2015.¹⁴

DAS AÇÕES

Serão desenvolvidas as ações identificadas na Agenda Estratégica de acordo com os parâmetros estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Social 2013-2015: Políticas, potencial estratégico, cenários de desenvolvimento e fatores críticos de sucesso.

DOS COMPROMISSOS

Para garantir o progresso contínuo desta parceria as entidades signatárias comprometem-se a:

- Identificar parceiros estratégicos dentro ou fora da Rede Social de Lisboa para o desenvolvimento das ações;
- Reunir periodicamente com os parceiros estratégicos para apresentação, discussão e conciliação do trabalho/propostas;

¹⁴ Anexo 1 – Agenda Estratégica. Este é parte integrante desta Carta de Intenções.

- Identificar um interlocutor para ligação/ articulação com a Comissão Executiva do Plano de Desenvolvimento Social;
- Manter o fluxo de comunicação com a Rede Social de Lisboa para informação do desenvolvimento dos trabalhos e prestar informação necessária e pertinente para monitorização da respectiva ação (relatórios de progresso);
- Desenvolver e comunicar periodicamente os resultados produzidos e as propostas a desenvolver à Comissão Tripartida, para submissão ao Conselho Local de Ação Social de Lisboa.

DA VIGÊNCIA

Esta Carta de Intenções produzirá efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2013 com terminus a 31 de Dezembro de 2015, podendo ser prorrogada mediante adenda formalizada entre as partes signatárias.

Lisboa, 28 de Junho de 2012

Comissão Tripartida da Rede Social de Lisboa

Centro Distrital de Lisboa do ISS, IP
Susana Branco

Vereadora da Câmara Municipal de Lisboa
Helena Roseta

Vogal da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
Rita Isabel Valadas

E:

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP
Diretor do Departamento de Saúde Pública da ARS
António Tavares

Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, IP
Alta Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural
Rosário Farmhouse

Câmara Municipal de Lisboa
Vereadora do Pelouro Habitação e Desenvolvimento Social
Helena Roseta

Centro Distrital de Lisboa do ISS,IP
Diretora
Susana Branco

Comando Metropolitano de Lisboa da Polícia de Segurança Pública
Subcomissário
Maria Aurora Marques Dantier

EAPN Portugal (Rede Europeia Anti Pobreza)

Presidente

Agostinho Cesário Jardim Moreira

Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa

Diretor

João António Pereira

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Vogal da Mesa

Rita Isabel Valadas

Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependência

Diretor Geral

João Goulão
